



Bruxelas, 5.3.2014
COM(2014) 130 final

ANNEXES 1 to 3

ANEXOS

da

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

**Estado actual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e
inclusivo**

Anexo I: Principais medidas no âmbito do Semestre Europeu

	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Comissão Europeia	<p>Previsões económicas do outono</p> <p>A Comissão publica a Análise Anual do Crescimento e o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta</p> <p>Pareceres da Comissão sobre projetos de planos orçamentais</p>			<p>Previsões económicas do inverno</p> <p>Reunião bilateral com os Estados-Membros</p>		<p>Reunião bilateral com os Estados-Membros</p>	<p>Previsões económicas da primavera</p> <p>A Comissão propõe recomendações de política orçamental, económica e social específicas por país</p>					<p>Reunião bilateral com os Estados-Membros</p>
Conselho Europeu / Conselho	<p>Os ministros das finanças debatem os pareceres sobre os projetos de planos orçamentais</p>	<p>Os ministros nacionais adotam conclusões sobre o AAC + RMA e fixam os domínios prioritários</p>			<p>Os líderes da UE fixam prioridades económicas com base na AAC</p>		<p>Os ministros nacionais debatem as REP</p>	<p>Os líderes da UE aprovam as REP finais</p>				
Estados-Membros		<p>Os Estados-Membros aprovam os orçamentos</p>			<p>Os Estados-Membros apresentam os seus programas de estabilidade ou convergência (política orçamental) e programas nacionais de reforma (política económica)</p>						<p>Os Estados-Membros apresentam projetos de planos orçamentais + programas de parceria económica (países sujeitos a um PDE)</p>	
Parlamento Europeu			<p>Debate / resolução sobre AAC</p>								<p>Debate / resolução sobre o Semestre Europeu e as REP</p>	

Glossário: **AAC** – Análise Anual do Crescimento; **RMA** – Relatório sobre o Mecanismo de Alerta; **REP** – Recomendações Específicas por País; **PDE** – Procedimento relativo aos défices excessivos; **AA**: Análise aprofundada

Anexo II: Síntese geral dos progressos alcançados rumo aos objetivos da estratégia Europa 2020

Contexto:

Para cada um dos objetivos Europa 2020, o presente anexo analisa:

- Os progressos registados até hoje a nível da UE e ilustra os possíveis cenários até 2020.
- Os últimos dados disponíveis acerca dos resultados a nível nacional e dos objetivos nacionais para 2020.
- As tendências em matéria de desempenhos nacionais, com algumas comparações a nível internacional, sempre que possível.

Os gráficos baseiam-se nos últimos dados disponíveis em fevereiro de 2014. As médias da UE correspondem à UE-28, salvo indicação em contrário.

O sítio do Eurostat disponibiliza dados pormenorizados, com mais variáveis, regularmente atualizados:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators

Informações complementares e informações pormenorizadas sobre os objetivos estão disponíveis em:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators/targets

No outono de 2013 foi elaborado um relatório completo, com mais explicações metodológicas e estatísticas, que está disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-02-13-238/EN/KS-02-13-238-EN.PDF

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA O EMPREGO

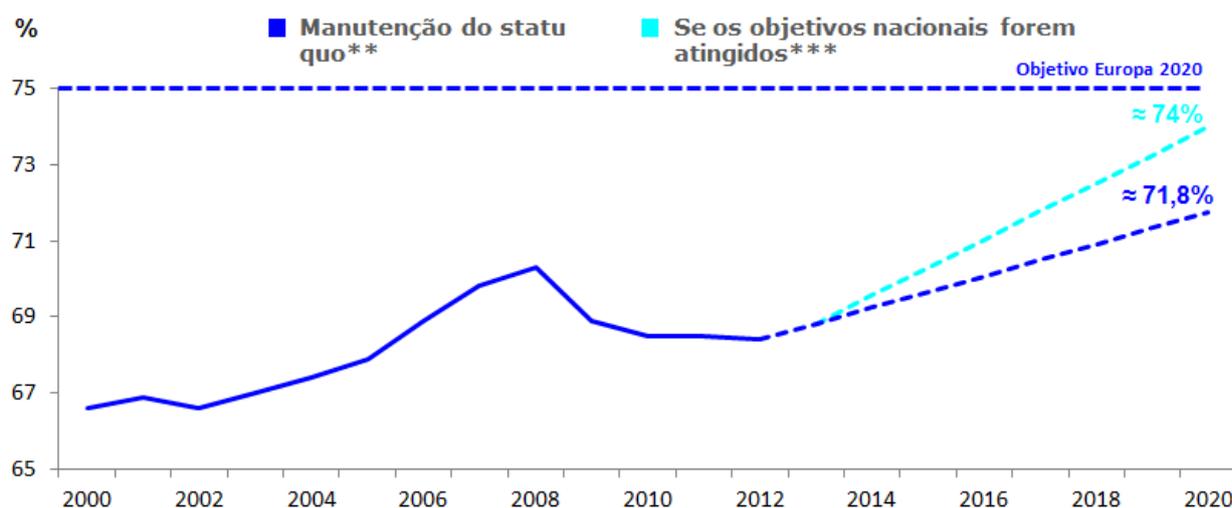
AUMENTAR A TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 20 E OS 64 ANOS PELO MENOS ATÉ AOS 75%

1. Situação atual a nível da UE

A taxa de emprego na UE tem vindo a estagnar nos últimos anos e continua a estar abaixo do objetivo da estratégia Europa 2020, que é de 75 % para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020. Na sequência de uma constante tendência ascendente entre 2000 e 2008, quando se elevou de 66,6 %¹ para 70,3 %, a taxa de emprego na UE baixou drasticamente para 68,9 % em 2009, em consequência da profunda contração da economia. Baixou ainda para 68,5 % em 2010 e, desde então, estabilizou-se a este nível. Situando-se nos 68,4 % em 2012, a taxa de emprego da UE encontra-se atualmente 6,6 pontos percentuais abaixo do objetivo de 75 %. Tal deve-se à combinação dos efeitos negativos da crise com o tempo necessário para que os melhoramentos se repercutam nos mercados de trabalho, bem como ao ritmo lento das reformas do mercado de trabalho em alguns Estados-Membros.

São necessários progressos significativos, especialmente medidas que favoreçam o regresso ao crescimento e à criação de emprego, para poder atingir, em 2020, a taxa de emprego pretendida. Com base na atual situação e no ligeiro aumento estimado da taxa de emprego para os próximos anos, o objetivo fixado na estratégia Europa 2020 não deverá ser atingido, devendo esta taxa situar-se nos 71,8 % em 2020. Para alcançar o objetivo previsto para 2020, é necessário que haja, na UE, aproximadamente mais 16 milhões de pessoas com um emprego.

Taxa de emprego da UE em 2000*, 2012 e 2020
(percentagem de pessoas empregadas, grupo etário 20-64)



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base nos atuais compromissos, a taxa de emprego da UE poderá atingir 71,8 % em 2020.

* 2000 e 2001: Dados da UE-27.

** Valores estimados com base nas previsões do outono de 2013 da Comissão para o período de 2014-2015, na hipótese de um crescimento do emprego para os níveis de 2014-2015, tendo em conta uma redução de 1,0 % da população ativa durante a década.

*** O UK não fixou qualquer objetivo: a projeção para a UE pressupõe uma taxa de 75 % para o UK em 2020.

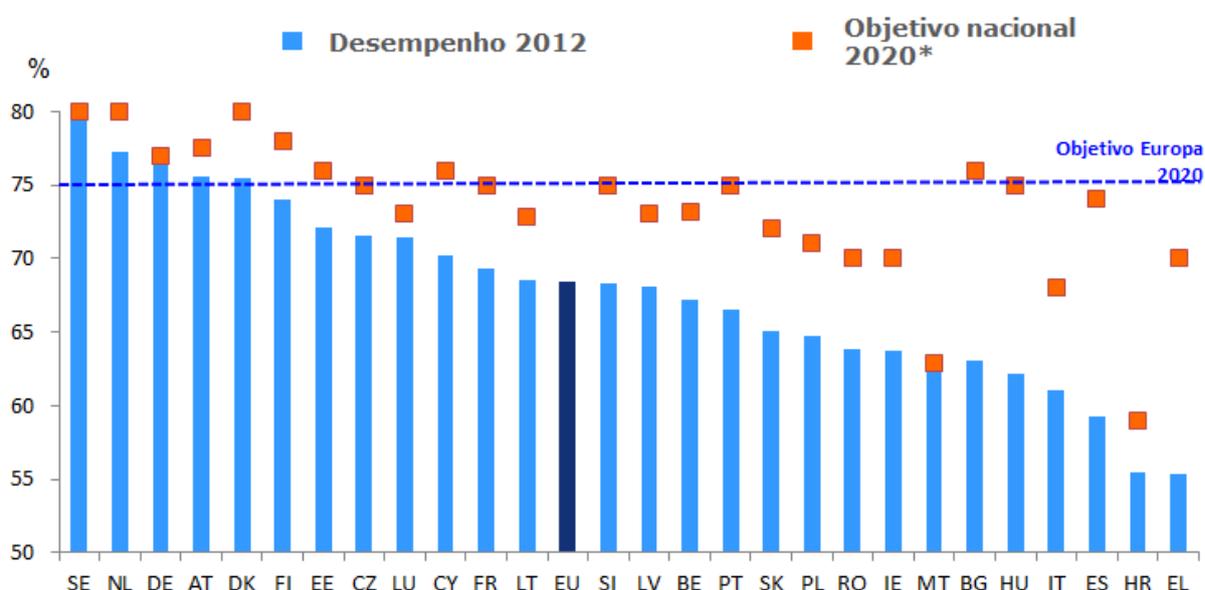
¹ Dados da UE-27.

2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

A maioria dos Estados-Membros está longe de cumprir o objetivo fixado no âmbito da estratégia Europa 2020. Os objetivos quanto à taxa de emprego fixados pelos Estados-Membros para 2020 variam entre 59 % e 62,9 %, para a Croácia e Malta, respetivamente (este último país já o atingiu), e 80 % na Dinamarca, Países Baixos e Suécia. A Suécia e a Alemanha tinham taxas de emprego de 79,4 % e 76,7 % em 2012, pelo que se estão a aproximar dos seus objetivos de 80 % e 77 %. A distância entre os resultados de 2012 e o objetivo nacional para 2020 é mais elevada em Espanha, Grécia, Bulgária e Hungria, com uma diferença superior a 10 pontos percentuais, o que suscita dúvidas quanto à sua capacidade para cumprir os respetivos objetivos até 2020. Em termos de progressos alcançados, a Alemanha e a Áustria apresentam os melhores resultados, com elevadas taxas de emprego e um crescimento relativamente sólido desde 2000. No outro extremo do espectro, a Grécia, Espanha, Croácia, Roménia e Irlanda têm vindo a sofrer quebras acentuadas no emprego e ainda têm taxas de emprego baixas em comparação com os outros Estados-Membros.

Taxas de emprego nos Estados-Membros da UE

(percentagem de pessoas empregadas, grupo etário 20-64)



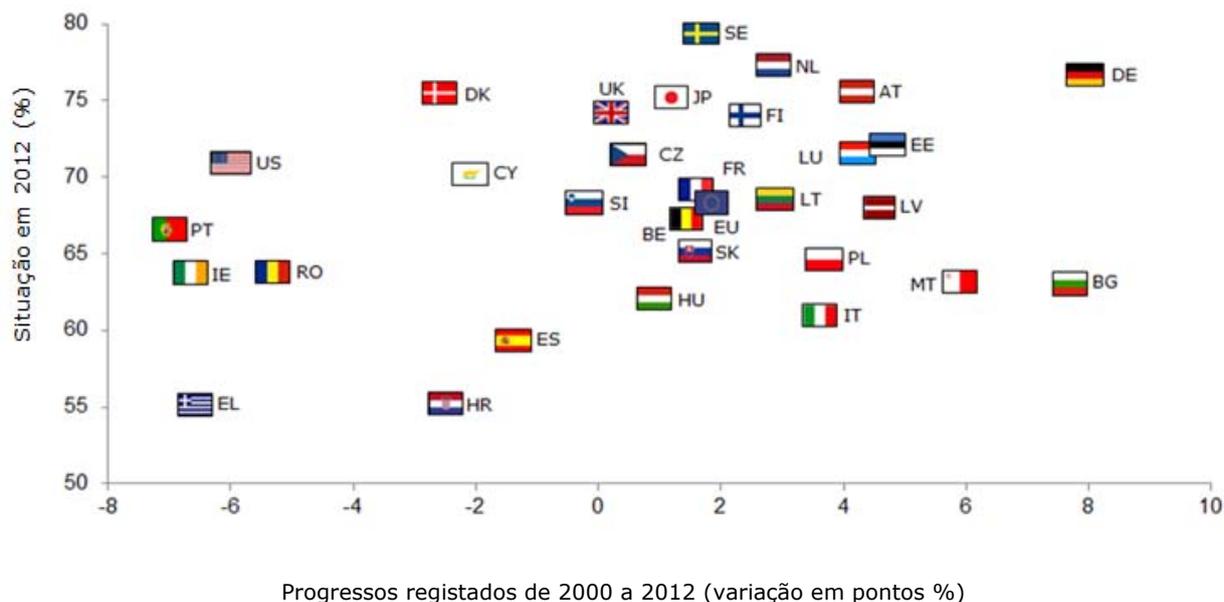
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, a taxa de emprego na UE foi de 68,4 %, embora o objetivo para 2020 seja de 75 %.

* O UK não fixou qualquer objetivo. SE: objetivo muito acima dos 80 %. IE: 69-71 % (70 % pressupostos); IT: 67-69 % (68 % pressupostos); CY: 75-77 % (76 % pressupostos); AT: 77-78 % (77,5 % pressupostos);

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2000, por país

Progressos registados entre 2000 e 2012 (variação em pontos %)*



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, no conjunto da UE, a taxa de emprego aumentou 1,8 pontos percentuais no período de 2000 a 2012 (eixo horizontal), para atingir 68,4 % em 2012 (eixo vertical).

* 2000: dados da UE-27; HR: 2002-2012

Os desfasamentos de desempenho entre os Estados-Membros estão a aumentar e as disparidades regionais permanecem nos Estados-Membros do Sul. Em 2012, a diferença entre os valores mais alto e mais baixo foi de 24,1 pontos percentuais, com a taxa de emprego a variar entre 55,3 % na Grécia e 79,4 % na Suécia. Esta situação pode ser comparada com a situação em 2000, quando a diferença entre os resultados mais baixos e mais altos era de 22,7 pontos percentuais, com uma taxa de emprego de 55,3 % na Bulgária e de 78 % na Dinamarca. Em geral, a taxa de emprego dos países da Europa Central e do Norte tende a ser mais elevada do que nos Estados-Membros do Sul e do Leste. Além disso, os países da Europa do Sul e de Leste apresentam grandes variações em termos de taxas de emprego regionais. O desempenho regional dos países da Europa Central e do Norte é bastante homogéneo, com taxas de emprego elevadas.

1. Situação atual a nível da UE

As despesas em investigação e desenvolvimento (I&D) na UE têm aumentado ligeiramente nos anos mais recentes, continuando, no entanto, abaixo do objetivo de 3 % para 2020. O objetivo de I&D fixado a nível da UE é expresso em termos de intensidade de I&D, que mede a despesa interna bruta dos setores público e privado em I&D em percentagem do PIB, isto é, a parte do PIB canalizada para I&D. O financiamento público da I&D é uma medida direta do nível do esforço público de apoio às atividades de I&D. A monitorização do financiamento privado de I&D permite avaliar a eficácia das políticas destinadas a atrair e fomentar os investimentos em I&D e o desenvolvimento e crescimento de empresas com uma forte componente de conhecimento. Depois de se manter estável nos 1,85 % entre 2000 e 2007, a despesa interna bruta da UE em I&D em percentagem do PIB subiu para 2,01 % em 2009 e tem vindo a aumentar muito timidamente desde então. Com uma percentagem do PIB de 2,06 % em 2012, a despesa interna bruta da UE em I&D em percentagem do PIB ainda se encontra quase 1 % abaixo do objetivo de 3 % e é visivelmente inferior à dos Estados Unidos da América.

Os recentes progressos rumo ao objetivo de 3 % resultam sobretudo das políticas aplicadas a nível da UE e dos Estados-Membros. Destinam-se a fomentar o investimento privado em I&D (nomeadamente através de maior alavancagem por meio de financiamento público, melhores condições e incentivos fiscais) e proteger e promover o financiamento público em I&D apesar da crise, em consonância com o princípio da consolidação orçamental favorável ao crescimento. Comparada com os concorrentes internacionais, os fracos resultados da Europa decorrem dos baixos níveis de investimento privado.

Nas atuais circunstâncias, é pouco provável que o objetivo da estratégia Europa 2020 seja alcançado nesse ano. Segundo as últimas projeções e se as atuais reformas e esforços financeiros continuarem, a despesa interna bruta em I&D em percentagem do PIB deverá manter-se inferior a 3 % até 2020. Para alcançar este objetivo, a taxa média de crescimento anual das despesas em I&D deveria duplicar relativamente ao período de 2007 a 2012. Para avançar mais rapidamente rumo ao objetivo dos 3 % são necessárias alterações estruturais mais rápidas que promovam mais atividades económicas baseadas no conhecimento.

Despesa interna bruta da UE em I&D em percentagem do PIB em 2000, 2012 e 2020



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base nos atuais compromissos, o investimento da UE em I&D pode atingir os 2,2 % em 2020.

* Cenário baseado na continuação das reformas e dos esforços financeiros em curso.

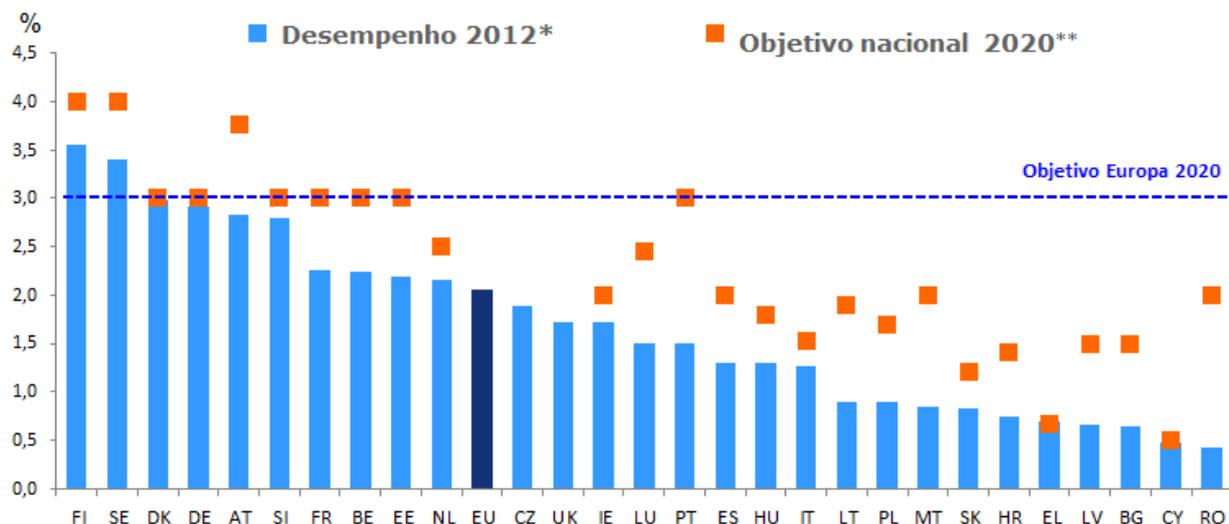
** CZ e UK não fixaram objetivos: os dados para 2020 foram estimados pelos serviços da Comissão.

*** O objetivo da UE inclui despesas em I&D por parte de infraestruturas de investigação intergovernamentais que não estão incluídas nas despesas dos Estados-Membros em I&D.

2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

Os níveis de ambição e de progressão no sentido da realização dos objetivos Europa 2020 divergem consoante os Estados-Membros. Os objetivos nacionais em termos de I&D assinalam vários níveis de ambição dos Estados-Membros: a Finlândia e a Suécia, que já têm a maior intensidade de I&D na UE, fixaram para 2020 o objetivo mais elevado: 4 % do PIB investido em I&D. Com objetivos de 0,50 % e 0,67 %, respetivamente, a Grécia e Chipre têm os objetivos mais baixos. Outros países fixaram objetivos concretizáveis mas não demasiado ambiciosos, como é o caso dos 1,53 % em Itália. A Grécia já atingiu, em 2012, o seu objetivo de 0,67 % da despesa do PIB em I&D. A Alemanha, Dinamarca e Chipre estão a aproximar-se dos seus respetivos objetivos. A Roménia, Portugal, Malta e Lituânia ainda estão longe dos seus objetivos, com valores de pelo menos 1 ponto percentual abaixo da meta fixada. Os progressos alcançados a nível nacional desde 2000 são variáveis: a Estónia combina resultados superiores à média europeia em 2012 com o maior investimento em I&D em percentagem do PIB, enquanto a Croácia, Luxemburgo e Reino Unido apresentam uma intensidade de I&D inferior à média europeia e um crescimento negativo neste domínio.

Investimento em I&D nos Estados-Membros da UE em % do PIB



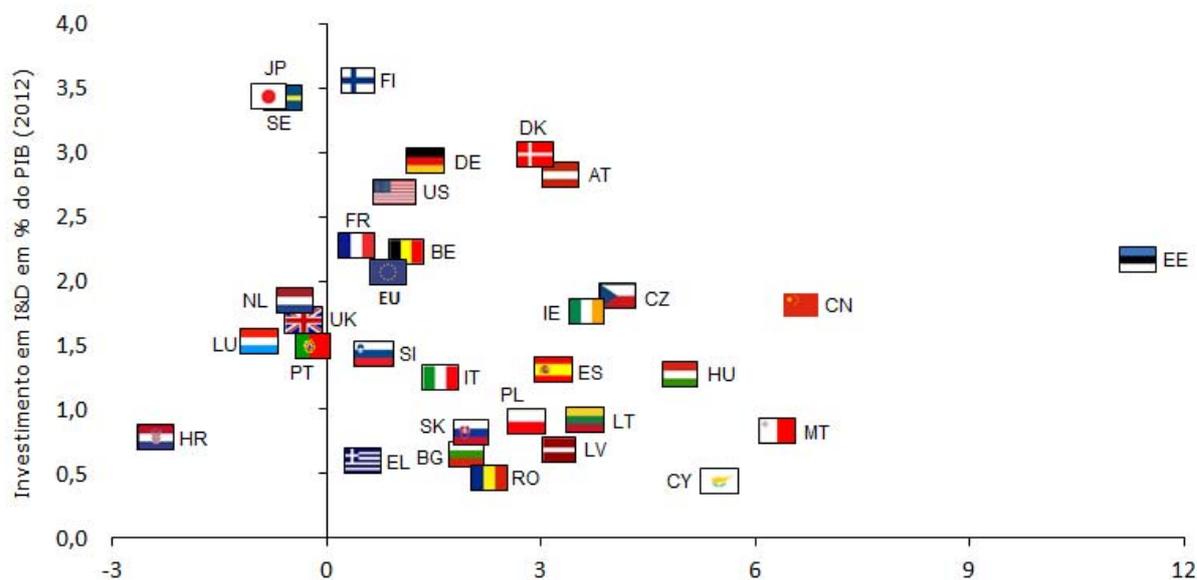
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, a intensidade de I&D na UE era de 2,06 % do PIB, sendo de 3 % o objetivo para 2020.

* LU: 2010.

** CZ (apenas setor público) e UK não fixaram objetivos. IE: o objetivo é de 2,5% do PNB, o que se estima ser equivalente a 2 % do PIB. LU: o objetivo situa-se entre 2,30 % e 2,60 % do PIB (2,45 % pressupostos). PT: o objetivo situa-se entre 2,70 % e 3,30 % do PIB (3 % pressupostos).

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2000, por país*



Crescimento médio anual do investimento em I&D, 2000-2012 (%)

Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que o investimento em I&D na UE aumentou a uma taxa anual de crescimento de 0,9 % entre 2000 e 2012 (eixo horizontal), para atingir 2,06 % em 2012 (eixo vertical).

* Resultados: EL, SI: 2007; LU, NL, RO: 2010; US, JP, CN: 2011. Progressos: SI: 2000-2007; LU, NL, RO: 2000-2010; CN: 2000-2011; EL: 2001-2007; HR: 2002-2012; HU, MT: 2004-2012; SE: 2005-2012; US: 2006-2011; DK: 2007-2012; JP: 2008-2011; PT: 2008-2012; FR: 2010-2012.

Observa-se uma divisão Norte-Sul no investimento em I&D. O desfasamento em termos de resultados entre os países tem vindo a aumentar na última década: com base nos dados disponíveis, a despesa interna bruta em I&D em percentagem do PIB oscilava de 0,37 % na Roménia a 3,35 % na Finlândia em 2000, o que se traduz numa diferença de 2,98 pontos percentuais. Este desfasamento aumentou para 3,13 pontos percentuais em 2012, entre 0,42 % na Roménia e 3,55 % na Finlândia. Em geral, os países da Europa do norte apresentam os níveis mais elevados de intensidade de I&D, enquanto os Estados-Membros do sul e do leste apresentam resultados piores neste indicador. A nível regional, os países com os níveis baixos de intensidade de I&D são bastante homogéneos, sendo maioritariamente constituídos por regiões com baixos níveis de investimento em I&D. Nos Estados-Membros com os maiores níveis de intensidade de I&D, algumas regiões continuam abaixo dos ambiciosos objetivos nacionais.

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA O CLIMA E A ENERGIA (1)

REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA DE PELO MENOS 20 % RELATIVAMENTE AOS NÍVEIS DE 1990

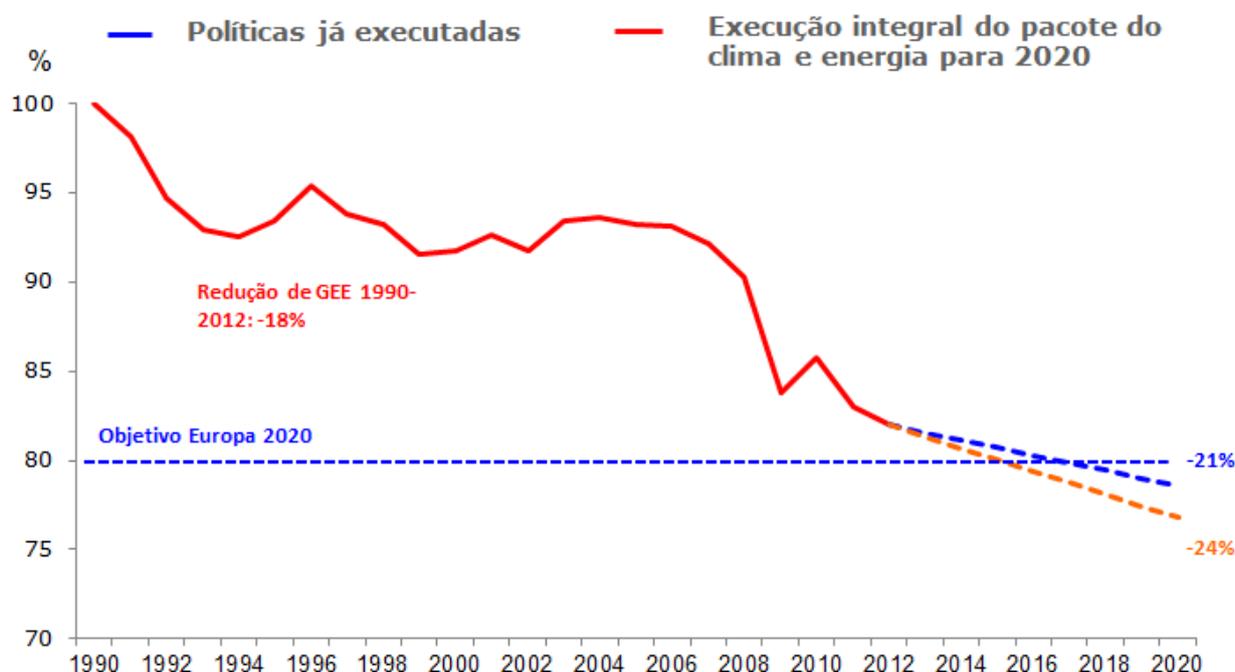
1. Situação atual a nível da UE

Na sequência de uma considerável redução das emissões de gases com efeito de estufa, a UE está perto de alcançar o objetivo Europa 2020 de conseguir uma redução de 20 % relativamente aos níveis de 1990. Entre 1990 e 2012, as emissões de gases com efeito de estufa diminuíram em 18 % a nível da UE das políticas climáticas e energéticas atuais tenham emitido em curso, com o abrandamento económico a ter igualmente um efeito significativo na redução de emissões. Em 2010 assistiu-se a um pequeno aumento das emissões de gases com efeito de estufa, durante a recuperação temporária. Estes resultados são tanto mais significativos quanto a economia europeia cresceu cerca de 45 % em termos reais desde 1990, mostrando uma separação nítida entre o crescimento económico e as emissões de gases com efeito de estufa. Por conseguinte, em 2012 a economia europeia era duas vezes menos intensiva em termos de consumo de carbono – esta intensidade refere-se à quantidade de emissões por unidade do PIB – do que em 1990.

Com base nas últimas tendências, o objetivo Europa 2020 relacionado com as emissões de gases com efeito de estufa parece estar ao nosso alcance. Atendendo à evolução encorajadora dos últimos anos, a redução das emissões de gases com efeito de estufa poderá exceder o objetivo e atingir os 24 % em 2020.

Emissões de gases com efeito de estufa em 2000, 2012 e 2020

(índice 1990=100)



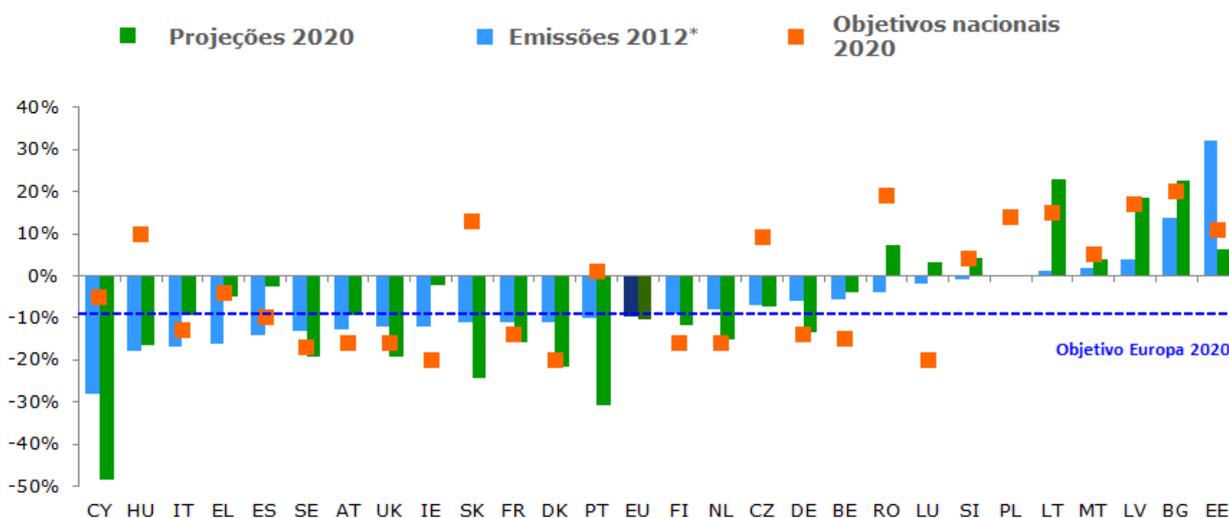
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, se o pacote de clima e energia para 2020 for plenamente aplicado, a UE poderá reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 24 % até 2020, relativamente aos níveis de 1990.

2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

Cerca de metade dos Estados-Membros já atingiu os seus objetivos da estratégia Europa 2020 para a redução das emissões de gases com efeito de estufa nos setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (ETS)². Os objetivos nacionais neste domínio medem as emissões de gases com efeito de estufa nos setores não abrangidos pelo ETS da UE, relativamente aos níveis de 2005. Variam entre um objetivo de 20 % de redução das emissões e um aumento de 20 %. Segundo dados de 2012, em 15 Estados-Membros (Chipre, Hungria, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, República Checa, Roménia, Eslováquia, Lituânia, Eslovénia, Malta, Letónia, Bulgária e Polónia) as emissões de gases com efeito de estufa foram inferiores aos seus respetivos objetivos fixados para 2020. A maior parte dos outros Estados-Membros também reduziu as suas emissões, tendo obtido alguns progressos mas sem ter ainda alcançado os respetivos objetivos até agora. O Luxemburgo, Dinamarca, Alemanha, Bélgica, Finlândia e os Países Baixos encontram-se à maior distância dos respetivos objetivos. Segundo as últimas projeções nacionais disponíveis, em 13 Estados-Membros (Alemanha, Países Baixos, Letónia, Bulgária, Itália, Finlândia, Áustria, Espanha, Lituânia, Bélgica, Irlanda, Eslovénia e Luxemburgo) as políticas em vigor não serão suficientes para alcançar os objetivos nacionais até 2020.

Evolução das emissões de gases com efeito de estufa nos setores não abrangidos pelo ETS nos Estados-Membros da UE



Fonte: Agência Europeia do Ambiente

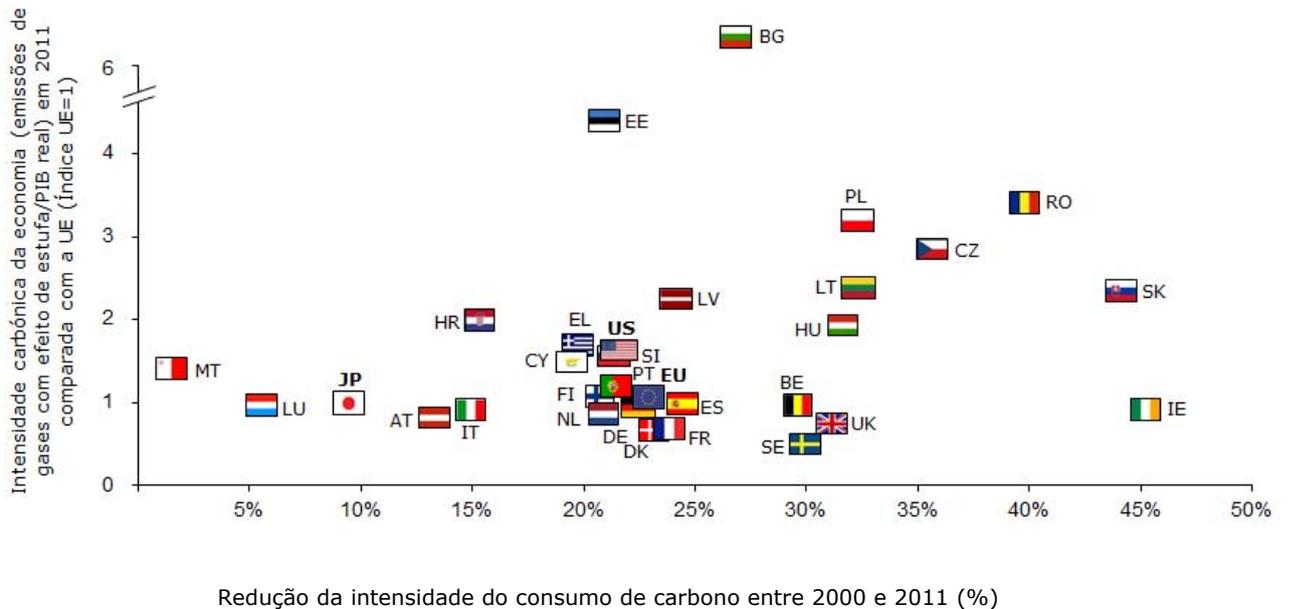
O gráfico indica que, em 2012, as emissões de gases com efeito de estufa nos setores não abrangidos pelo ETS foram 10 % inferiores às registadas em 2005 na UE.

*Não abrangidos pela ETS, relativamente a 2005, baseado em dados aproximativos.

² O regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (ETS) da UE fixa um limite para as emissões totais dos setores industriais com elevadas emissões. As empresas podem comprar e vender licenças de emissão dentro desse limite.

Entre 2000 e 2011, a intensidade do consumo de carbono baixou em todos os Estados-Membros, embora os progressos sejam muito variáveis. Os países com grande intensidade de consumo de carbono conseguiram, em geral, reduções consideráveis; os países com menor intensidade de consumo de carbono registam progressos mais limitados.

Situação em 2011 e progressos alcançados em termos de intensidade de consumo de carbono desde 2000, por país



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2011, a maior parte dos Estados-Membros estava perto da média da UE em termos de intensidade de consumo de carbono e progressos alcançados.

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA O CLIMA E A ENERGIA (2)

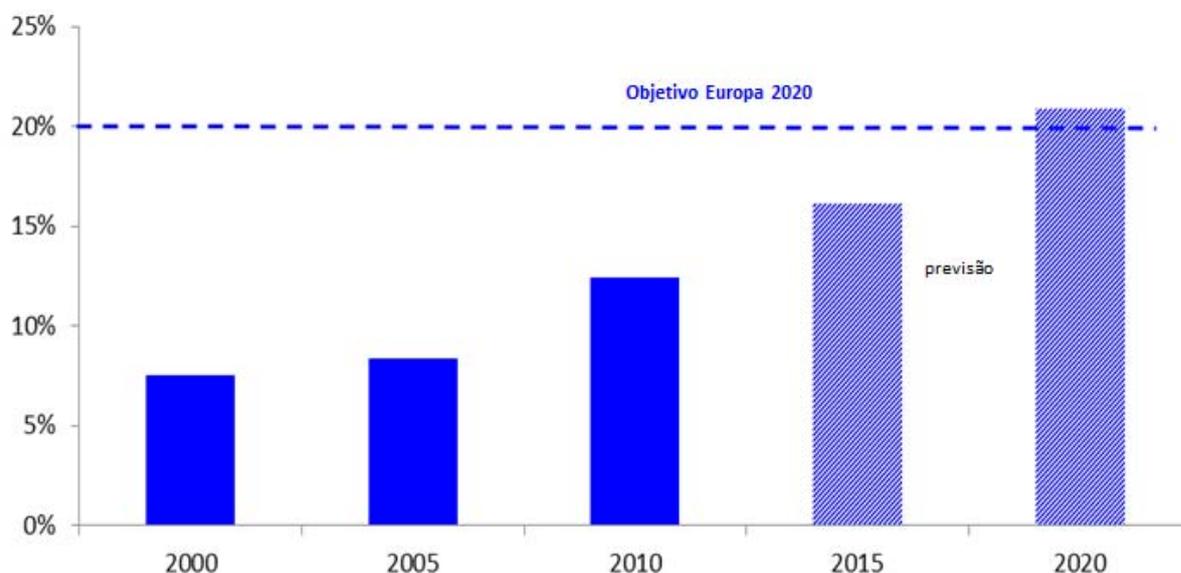
AUMENTAR 20 % A PARTE DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO CONSUMO FINAL DE ENERGIA

1. Situação atual a nível da UE

Verificou-se um aumento constante da utilização das energias renováveis a nível da UE desde 2000 e, se esta tendência se mantiver, a UE conseguirá alcançar o objetivo Europa 2020 de aumentar para 20 % a parte de energias renováveis no consumo final de energia. De 7,5 % em 2000³, a parte de energias renováveis no consumo final bruto de energia aumentou para 8,5 % em 2005 e para 14,4 % em 2012⁴, isto é, 5,6 pontos percentuais abaixo do objetivo Europa 2020, devido à existência de regimes de apoio e de incentivos que promovem a utilização destas energias. A UE encontra-se agora na linha da frente em termos de investimento em energias renováveis, em especial graças a um rápido desenvolvimento da energia eólica e solar.

Com base nas últimas tendências, o objetivo Europa 2020 relativo às fontes de energia renovável parece estar ao nosso alcance. Atendendo à evolução positiva dos últimos anos, a parte das energias renováveis no consumo final bruto de energia poderá aproximar-se dos 21 % em 2020, se os esforços dos últimos anos se mantiverem.

Parte das energias renováveis no consumo final bruto de energia da UE, 2000-2020



Fontes: Comissão Europeia, estudo encomendado pela Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base nas atuais políticas e na evolução recente, a parte das energias renováveis no consumo de energia na UE poderá atingir os 20,9 % em 2020.

³ Estudo encomendado pela Comissão Europeia

⁴ EurObserv'ER

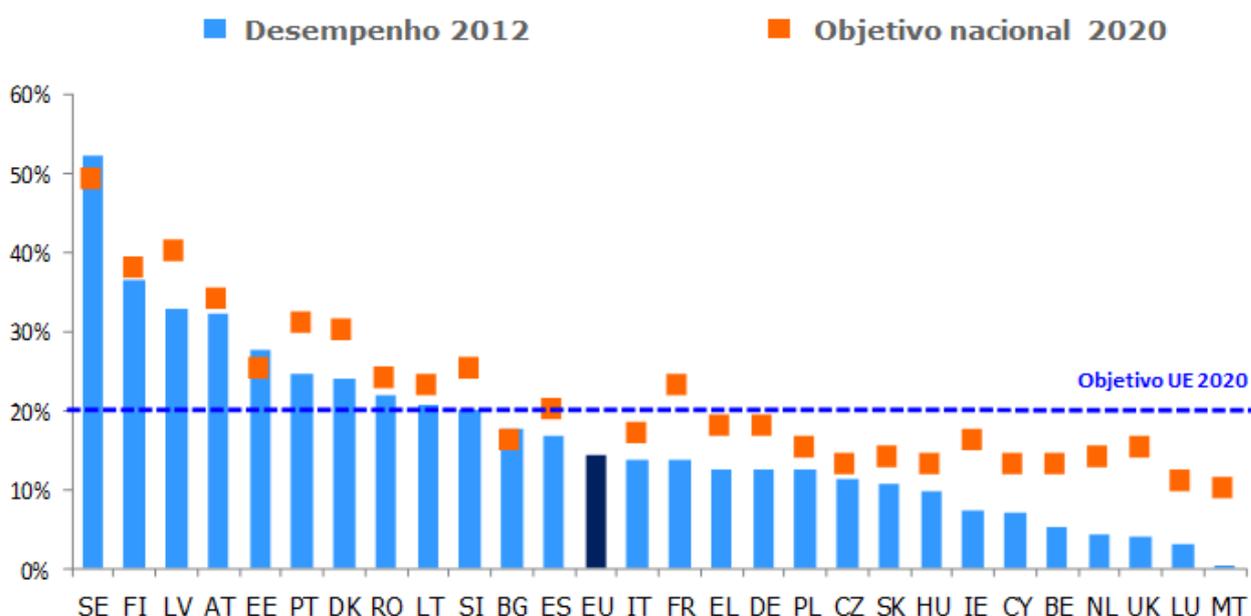
2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

Registaram-se progressos globais, mas ainda é necessário envidar esforços na maioria dos Estados-Membros. Os objetivos nacionais variam entre 10 % (Malta) e 49 % (Suécia). De modo geral, em todos os Estados-Membros a utilização de fontes de energia renovável tem vindo a aumentar desde 2005, embora só três deles – Suécia, Estónia e Bulgária – tenham já alcançado os objetivos nacionais. A Finlândia, Áustria e República Checa estão muito próximas dos respetivos objetivos. A França e o Reino Unido encontram-se cerca de 10 pontos percentuais abaixo dos seus objetivos.

Analisando a evolução ao longo do tempo, o grupo que apresenta melhores resultados inclui a Suécia, a Áustria e a Estónia, que combinam os maiores progressos registados desde 2005 com os maiores níveis de utilização de energias renováveis. Malta, Luxemburgo, Bélgica, Reino Unido, Países Baixos e França apresentam seja resultados fracos seja progressos limitados desde 2005. No que se refere às divergências na UE, os desfasamentos entre países aumentaram desde 2005, de 40,4 para 52,1 pontos percentuais em 2012, com valores que vão de 0,3 % em Malta a 52,4 % na Suécia.

Parte das energias renováveis nos Estados-Membros da UE

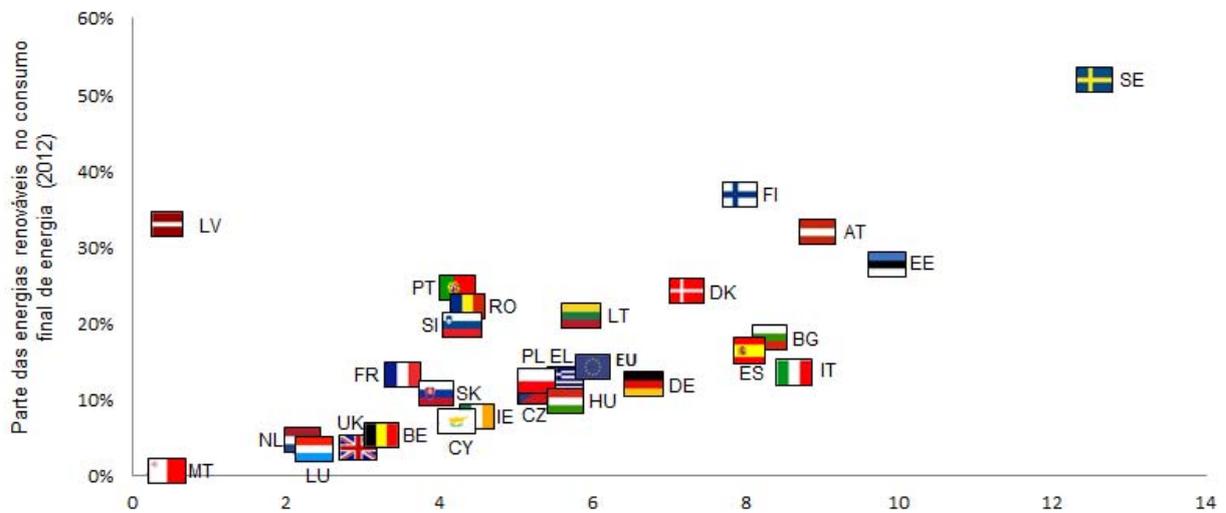
(% do consumo final bruto de energia)



Fontes: Comissão Europeia, EurObserv'ER

O gráfico indica que, em 2012, a parte das energias renováveis no consumo de energia da UE era de 14,4 %, embora o objetivo para 2020 seja de 20 %.

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2005, por país



Progressos registados entre 2005 e 2012 (variação em pontos %)

Fontes: Comissão Europeia, EurObserv'ER

O gráfico indica que a parte das energias renováveis no consumo de energia da UE aumentou 5,9 pontos percentuais de 2005 a 2012 (eixo horizontal), tendo atingido 14,4 % em 2012 (eixo vertical).

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA O CLIMA E A ENERGIA (3)

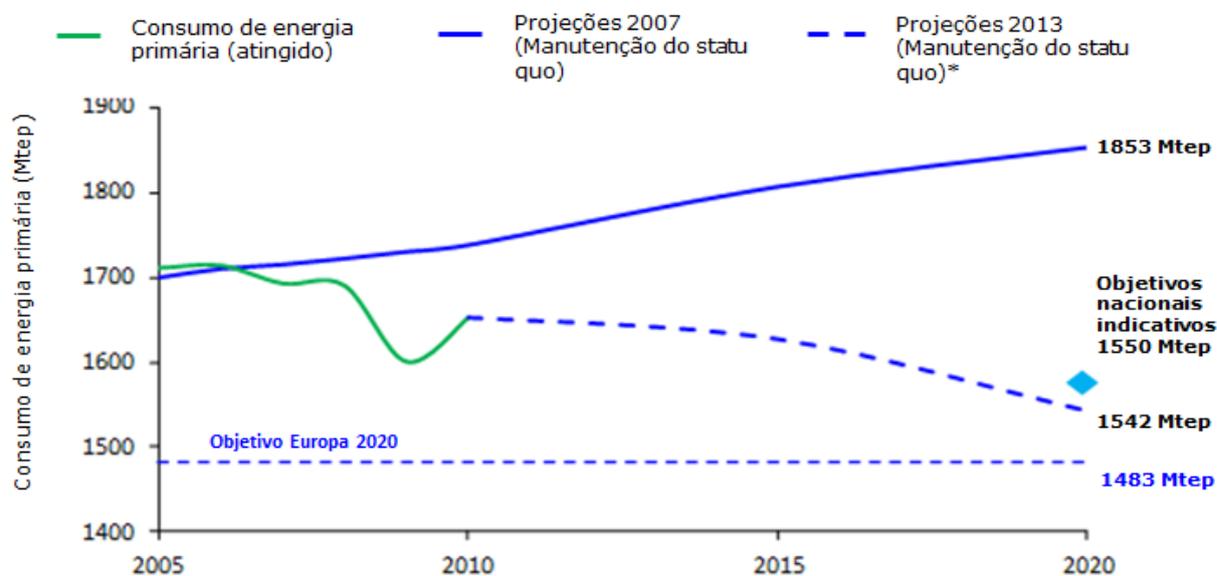
CONSEGUIR UM AUMENTO DE 20 % DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

1. Situação atual a nível da UE

Registaram-se recentemente alguns progressos em termos de eficiência energética, que devem porém ser consolidados nos próximos anos para cumprir o objetivo Europa 2020 no sentido de a aumentar em 20 %, o que corresponde a 1 483 Mtep de consumo de energia primária⁵. Entre 2000 e 2006, o consumo de energia primária aumentou regularmente, passando de 1 617,8 Mtep em 2000 para um pico de 1 711,6 Mtep em 2006. A partir de 2007, o início da crise levou a uma quebra quase ininterrupta do consumo de energia primária, que era de 1 583,5 Mtep em 2012. Como para as emissões de gases com efeito de estufa, verificou-se uma ligeira retoma do consumo de energia primária em 2010, em resultado da recuperação temporária. Uma grande parte desta quebra do consumo de energia primária pode ser explicado pela contração da atividade económica decorrente da crise. Contudo, observam-se igualmente algumas mudanças estruturais suplementares. Alcançar o objetivo de 2020 significaria reduzir o consumo de energia primária em 6,3 % até 2020.

Com base nas tendências mais recentes, são necessários esforços adicionais para cumprir o objetivo de eficiência energética. A recente diminuição do consumo de energia primária deve continuar e basear-se em alterações duradouras dos padrões do consumo de energia. Em geral, a crise teve um impacto no consumo de energia primária. Por conseguinte, a sustentabilidade da evolução mais recente, bem como o respetivo peso dos fatores cíclicos e estruturais, podem ser questionados. Existem em todos os setores possibilidades de ação futura, em particular nos transportes, setor que registou poucos progressos até hoje.

Consumo de energia primária na UE, 2005-2020



Fonte: Comissão Europeia

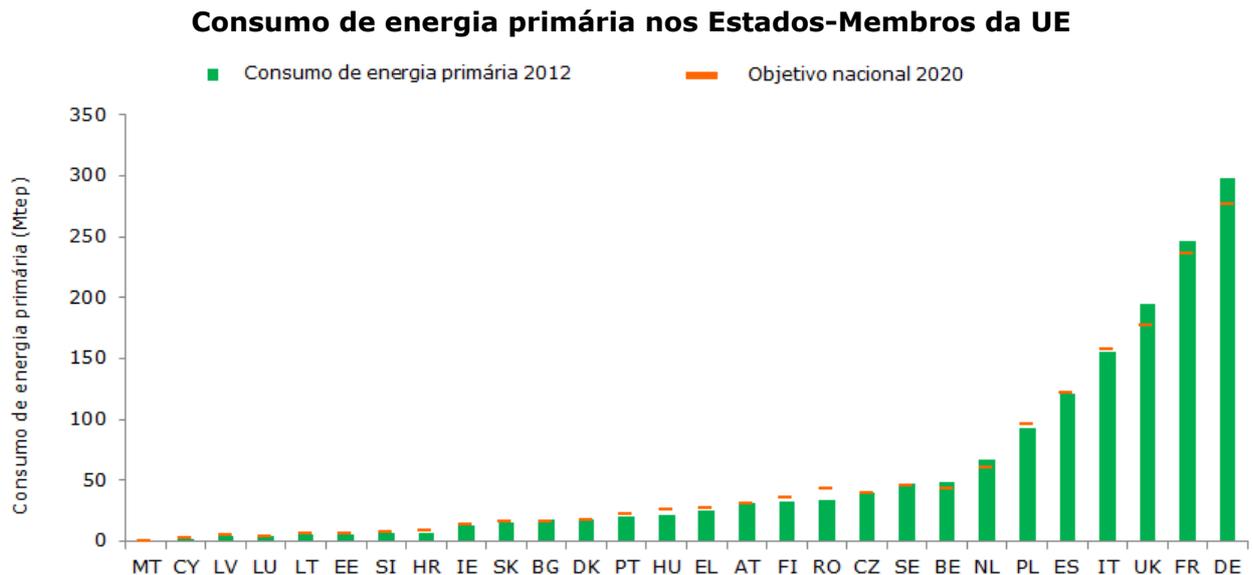
O gráfico indica que o consumo de energia primária da UE poderá atingir os 1 542 Mtep até 2020.

* As projeções de 2013 (statu quo) são feitas com base nas políticas atualmente aplicadas.

⁵ Contrariamente ao consumo de energia final, o consumo de energia primária refere-se ao consumo de energia que ainda não tenha sido objeto de qualquer processo de conversão ou transformação.

2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

A situação em matéria de eficiência energética é mista. A diretiva da eficiência energética⁶ define o objetivo neste domínio a nível europeu e exige aos Estados-Membros que fixem um objetivo nacional indicativo para 2020. Este objetivo deve ser traduzido em níveis de consumo de energia primária e consumo final, por motivos de comparabilidade. De modo geral, em 2012, Chipre, Estónia, Grécia, Finlândia, Croácia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Letónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Luxemburgo, Polónia, Espanha, Itália e Eslovénia tinham níveis de consumo de energia primária abaixo dos seus objetivos nacionais indicativos.



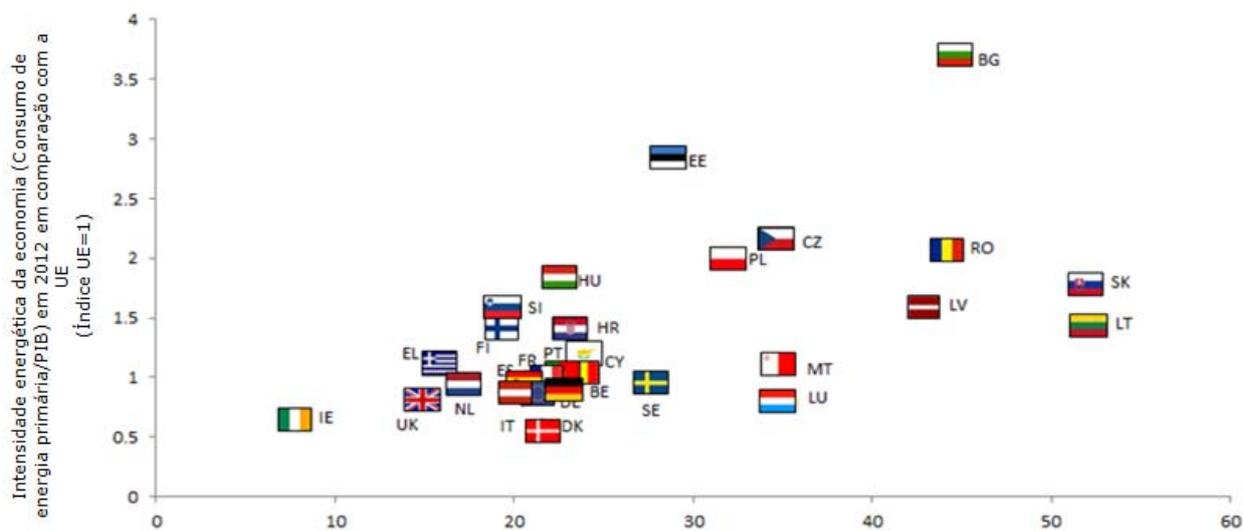
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, 17 Estados-Membros alcançaram os objetivos nacionais indicativos de eficiência energética.

⁶ JO L 315 de 14.11.2012.

A intensidade energética⁷ – o volume de consumo de energia primária por unidade de PIB – melhorou em todos os Estados-Membros entre 2005 e 2011. De modo geral, os países com maior intensidade energética diminuíram-na consideravelmente. A diminuição é mais moderada nos Estados-Membros com menor intensidade energética.

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2005, por país



Redução da intensidade energética entre 2005 e 2012 (em %)

Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, a maior parte dos Estados-Membros estava perto da média da UE em termos de intensidade energética e progressos alcançados.

⁷ O indicador de intensidade energética depende da estrutura industrial da economia, pelo que não é um indicador de substituição exato para medir a eficiência energética dos Estados-Membros.

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA A EDUCAÇÃO (1)

REDUZIR A TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE PARA MENOS DE 10 %

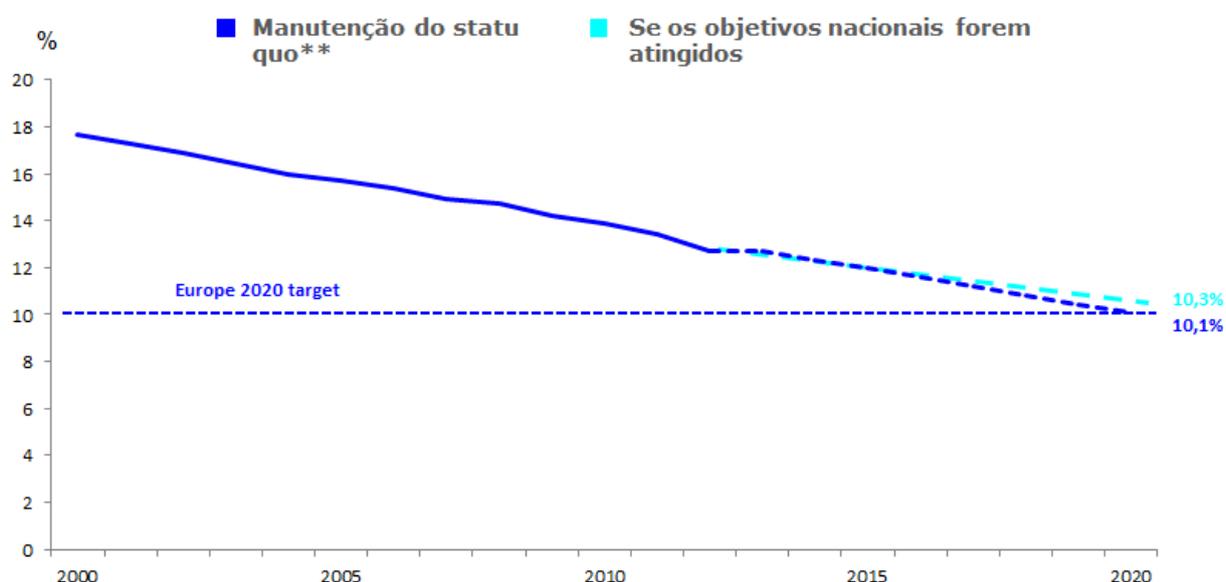
1. Situação atual a nível da UE

Foram tomadas medidas positivas acerca do abandono precoce do ensino e da formação: a taxa de abandono escolar precoce tem vindo a diminuir desde 2000, mas continua até hoje acima do objetivo de 10 % fixado para 2020. Até 2020, a UE pretende reduzir a taxa de abandono precoce do ensino e da formação na faixa etária 18-24 anos (que frequentam o nível secundário inferior e não níveis superiores de educação ou formação) para menos de 10 %. Este indicador seguiu uma trajetória constante de descida desde 2000 e diminuiu de mais de 17 % em 2000⁸ para 15,7 % em 2005 e 12,7 % em 2012 na UE. No entanto, esta continua a estar 2,7 pontos percentuais acima do objetivo Europa 2020. Parte destes resultados positivos pode ser ligada aos efeitos da crise, visto que o agravamento das condições e perspectivas de emprego, nomeadamente para os jovens, incentivou-os a permanecer mais tempo no sistema de ensino e formação.

É possível alcançar o objetivo Europa 2020 para o abandono escolar precoce em 2020. Embora o objetivo Europa 2020 para o abandono precoce do ensino e da formação pareça realizável, não se trata de um dado adquirido. As recentes descidas do abandono escolar precoce devido à crise, juntamente com as projeções demográficas, suscitam dúvidas sobre a capacidade da UE para diminuir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10 % até 2020. O cumprimento deste objetivo exigirá um esforço sustentado, senão mesmo aumentado, por parte da UE e dos seus Estados-Membros.

Abandono precoce do ensino e da formação na UE em 2000*, 2012 e 2020

(entre os 18-24 anos, que frequentam o nível secundário inferior e não níveis superiores de educação ou formação)



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base nos atuais compromissos, a taxa de abandono escolar precoce na UE poderá atingir os 10,1 % em 2020.

* 2000 e 2001: dados da UE-27.

** Statu quo corresponde a uma extrapolação da evolução de 2000 a 2012.

⁸ Dados da UE-27.

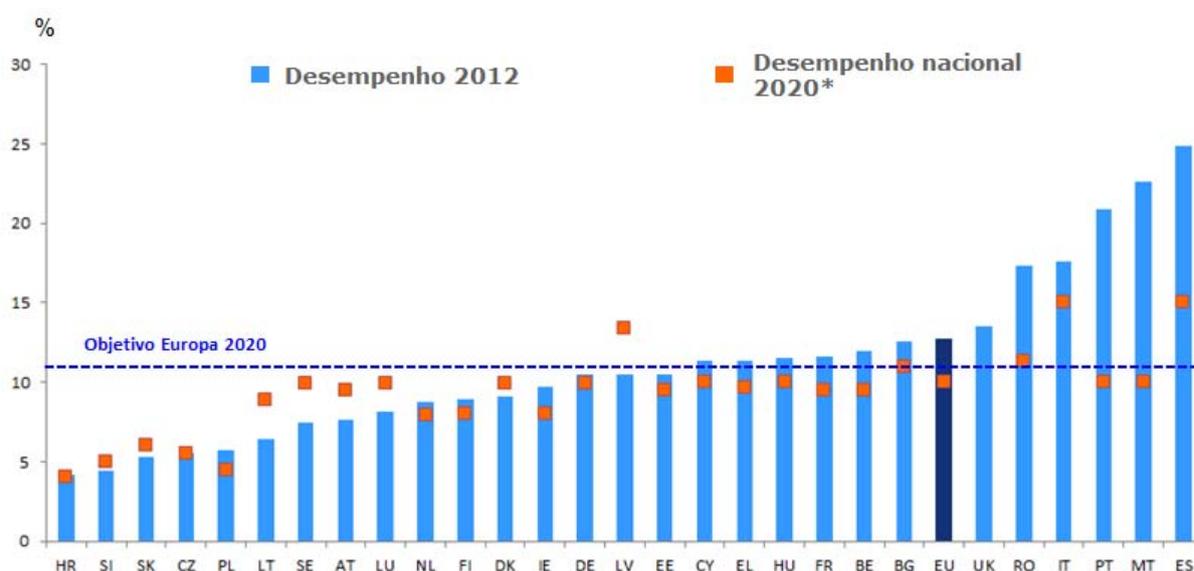
2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

A ambição em termos de reduzir o abandono precoce do ensino e formação é variável consoante os Estados-Membros. Com objetivos nacionais que variam entre 4 % na Croácia e 16 % em Itália, os Estados-Membros revelaram diferentes níveis de ambição, o que torna a trajetória para o objetivo mais ou menos difícil. Em 2012, 9 Estados-Membros – nomeadamente a Dinamarca, Eslovénia, República Checa, Suécia, Luxemburgo, Áustria, Letónia, Lituânia e Eslováquia – já tinham atingido os respetivos objetivos, embora alguns destes países tivessem fixado objetivos menos ambiciosos do que outros Estados-Membros. A Croácia, Alemanha, Países Baixos e Finlândia estão também a aproximar-se dos seus objetivos, ao passo que Espanha, Portugal, Malta e Roménia continuam longe deles. Isto pode ser parcialmente explicado pelo facto de estes países terem fixado objetivos relativamente ambiciosos.

Analisando a evolução ao longo do tempo, é possível assinalar quatro grupos de países: alguns Estados-Membros como Espanha, Roménia e Itália têm elevadas taxas de abandono precoce do ensino e formação e registam progressos relativamente lentos. Portugal e Malta também registam elevadas taxas de abandono escolar precoce, mas obtiveram progressos significativos desde 2000. No outro extremo do espetro, alguns países com bons resultados registaram apenas ligeiros progressos desde 2000 – no caso do Luxemburgo e da Croácia, a taxa de abandono precoce do ensino e formação até aumentou entre 2000 e 2012. A Dinamarca e a Lituânia encontram-se entre os países com melhores resultados, combinando baixas taxas de abandono escolar precoce com progressos notáveis registados desde 2000. Até 2020, segundo as últimas projeções, é provável que a maior parte dos Estados-Membros atinjam os seus objetivos, com exceção de Espanha, Portugal e Roménia.

Abandono precoce do ensino e formação nos Estados-Membros da UE

(entre os 18-24 anos, que frequentam o nível secundário inferior e não níveis superiores de educação ou formação)

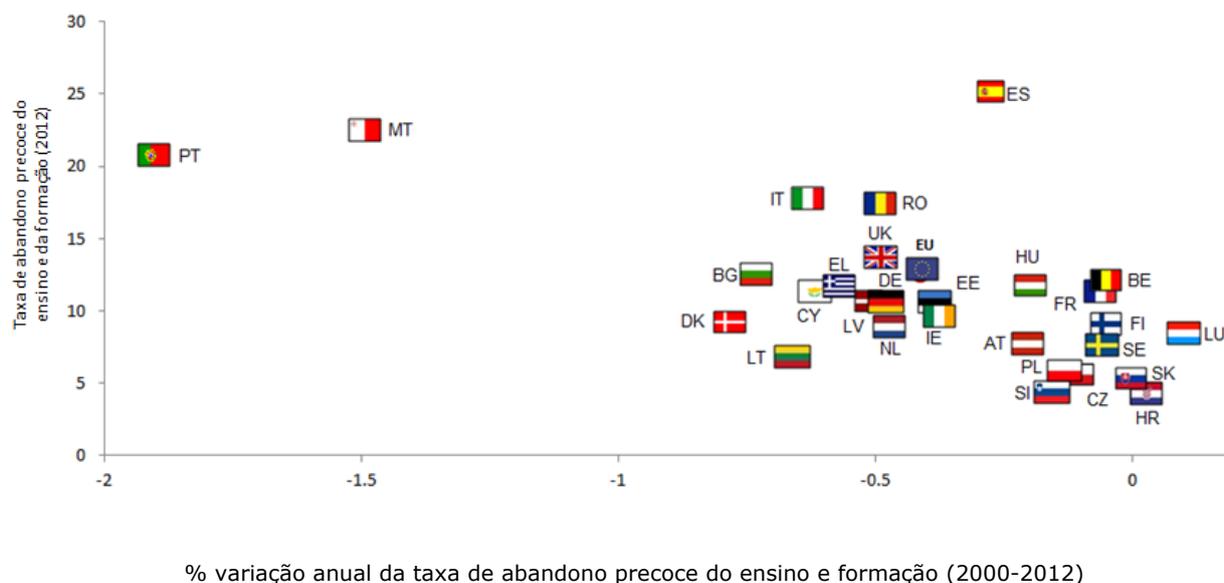


Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que a taxa média de abandono precoce do ensino e formação na UE foi de 12,7 % em 2012, sendo de 10 % o objetivo para 2020.

* UE-28, DK, DE, LU e SE: <10%; LT: <9 %; SK: <6 %. O UK não fixou qualquer objetivo.

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2000*, por país



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que a taxa de abandono precoce do ensino e formação na UE diminuiu cerca de 0,4 pontos percentuais por ano de 2002 a 2012 (eixo horizontal), para atingir 12,7 % em 2012 (eixo vertical).

* UE: 2002-2012

O abandono escolar precoce é marcado por uma diminuição gradual das variações na UE. A distância entre a taxa mais baixa de abandono escolar precoce e a mais alta desceu mais de metade entre 2000 e 2012. Com a taxa mais baixa de 7,3 % na Suécia e a percentagem mais elevada de 54,2 % em Malta, o desfase atingiu 46,9 pontos percentuais em 2000. Em 2012, diminuiu para 20,7 pontos percentuais, com o valor mais baixo de 4,2 % na Croácia e o mais alto de 24,9 % em Espanha. De modo geral, a taxa de abandono precoce do ensino e formação tende a ser mais alta nos países da Europa do Sul. Refletindo este padrão, as regiões dos países da Europa do Norte e de Leste têm predominantemente baixas taxas de abandono escolar precoce, em contraste com as regiões da Europa do Sul.

OBJETIVO EUROPA 2020 PARA A EDUCAÇÃO (2)

AUMENTO DA PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ENTRE OS 30 E OS 34 ANOS QUE CONCLUIU O ENSINO SUPERIOR PARA, PELO MENOS, 40 %

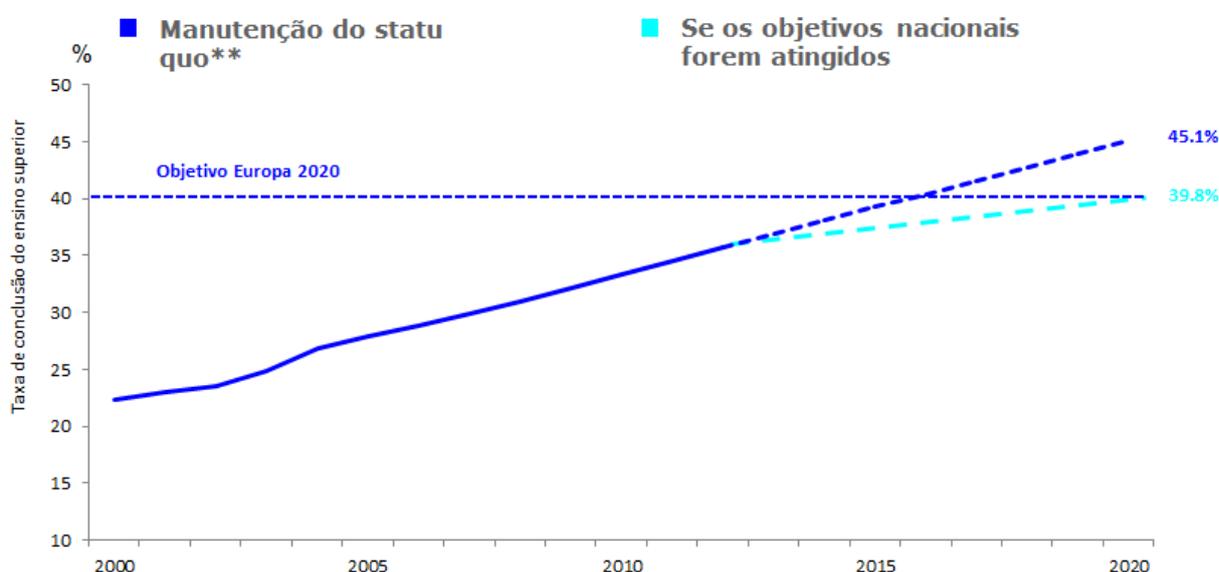
1. Situação atual a nível da UE

Registaram-se bons progressos no sentido de alcançar o objetivo Europa 2020 de 40 % da população com o ensino superior (ou equivalente), que devem ser prosseguidos. O segundo indicador relacionado com a educação visa aumentar a percentagem de jovens na faixa etária dos 30-34 anos que concluem o ensino superior (ou equivalente) para 40 %. Com uma taxa de 22 % em 2000⁹, 27,9 % em 2005 e 35,7 % em 2012, o que corresponde a um aumento de 13,3 pontos percentuais em 12 anos, a UE tem vindo a avançar de forma significativa rumo ao seu objetivo e o número de diplomados do ensino superior aumentou rapidamente. Apenas 4,3 pontos percentuais separam os atuais resultados da UE do objetivo de 40 % fixado na estratégia Europa 2020.

É possível alcançar o objetivo Europa 2020 para a conclusão do ensino superior em 2020. Com base na evolução mais recente em que já se registaram progressos significativos, e partindo do princípio de que esta tendência vai continuar, é muito provável que o objetivo em termos de conclusão do ensino superior (ou equivalente) possa ser alcançado.

Taxa de conclusão do ensino superior na UE, 2000-2020 *

(% da população de 30-34 anos que concluiu o ensino superior – níveis 5 e 6 da CITE)



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base nos atuais compromissos, a taxa de conclusão do ensino superior poderá atingir os 45,1 % em 2020.

* 2000-2001: Dados da UE-27.

** Statu quo corresponde a uma extrapolação da evolução de 2000 a 2012.

⁹ Dados da UE-27.

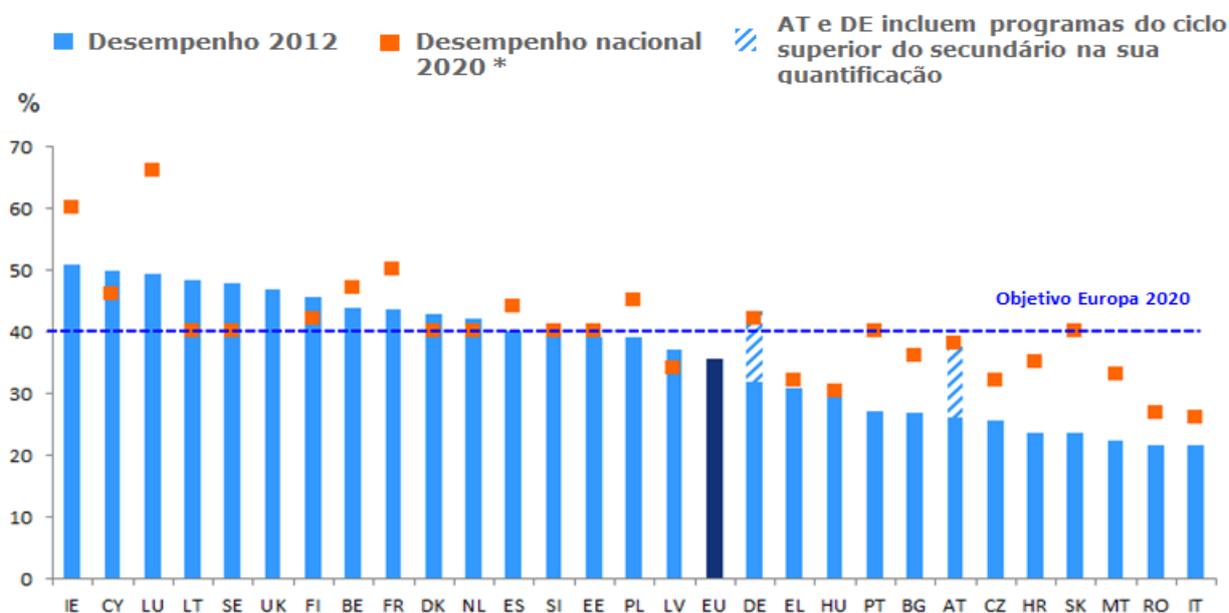
2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

Registaram-se bons progressos para aumentar a taxa de conclusão do ensino superior, embora alguns Estados-Membros sejam mais ambiciosos do que outros..

Refletindo os diferentes níveis de ambição dos Estados-Membros, os objetivos nacionais variam entre 26-27 % em Itália e 60 % na Irlanda. Em 2012, 9 Estados-Membros – Letónia, Países Baixos, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Lituânia, Chipre, Alemanha e Áustria¹⁰ já tinham atingido os seus objetivos. A Hungria, Eslovénia e Estónia estão muito perto de atingir os respetivos objetivos. Malta, Eslováquia, Luxemburgo, Portugal e Croácia são os que se encontram mais longe dos objetivos que fixaram e a Irlanda está a 9 pontos percentuais do seu objetivo; alguns destes países, como a Eslováquia, Portugal, Irlanda e Luxemburgo, fixaram objetivos ambiciosos, de 40 %, 60 % e 66 %, respetivamente, ao contrário da Itália, que fixou um objetivo menos ambicioso de 26 %. Em termos de progressos registados na última década, é possível distinguir quatro grupos de países: alguns Estados-Membros, nomeadamente a Bulgária, Grécia, Croácia, Áustria, Itália, República Checa e Roménia, caracterizam-se por baixas taxas de conclusão do ensino superior e registam poucos progressos desde 2000. Apesar de apresentarem resultados fracos, outros países registaram progressos consideráveis desde 2000. Trata-se, especialmente, dos casos de Portugal e da Hungria. Entre os países com melhores resultados em termos de conclusão do ensino superior, os progressos lentos registados na Finlândia, Bélgica ou Espanha diferem dos grandes progressos alcançados pelo Luxemburgo, Lituânia, Irlanda e Suécia. No que diz respeito às projeções para 2020, a maior parte dos Estados-Membros, com exceção de Malta, Portugal e Eslováquia, irá provavelmente atingir os seus objetivos.

Taxa de conclusão do ensino superior nos Estados-Membros da UE

(população de 30-34 anos que concluiu o ensino superior – níveis 5 e 6 da CITE)



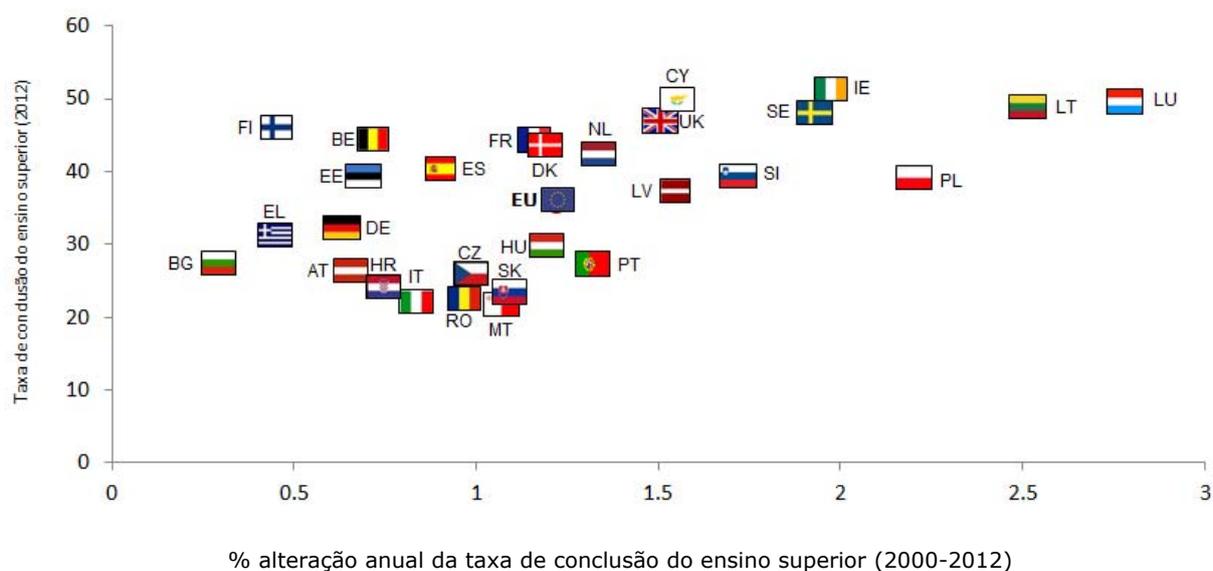
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que a taxa de conclusão do ensino superior era de 35,7 % na UE em 2012, embora o objetivo para 2020 seja de 40 %.

* UE-28, DK: pelo menos 40 %; DE: 42 %, incluindo o nível 4 da CITE; IT: 26-27 % (26,5 % pressupostos); LV: 34-36 % (35 % pressupostos); NL: mais de 40 %; AT: 38 %, incluindo o nível 4/4a da CITE; SE: 40-45 % (42,5 % pressupostos); O Reino Unido não fixou um objetivo. FI: 42 % (definição mais restrita); FR: população dos 17 aos 33 anos

¹⁰ É de salientar que os objetivos da Alemanha e a Áustria são diferentes dos dos outros Estados-Membros, dado que incluem a conclusão do ensino pós-secundário.

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2000, por país*



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que a taxa de conclusão do ensino superior na UE aumentou mais de 1 ponto percentual por ano desde 2000 (eixo horizontal), para atingir 35,7 % em 2012 (eixo vertical).

* 2000: dados da UE-27

Os resultados por país revelam um quadro variado na UE. Em geral, a Europa do Norte apresenta os níveis mais elevados de conclusão do ensino superior, o que também se reflete nos resultados regionais dos diferentes países. As grandes variações de resultados no ensino superior, que se elevam a 35,2 pontos percentuais entre os resultados mais baixos de Malta e os mais elevados da Lituânia em 2000, têm vindo a diminuir ao longo dos anos, tendo atingido os 29,4 pontos percentuais em 2012. A Itália apresenta a taxa mais baixa de conclusão do ensino superior, de 21,7 %, ao passo que a Irlanda é o país com melhores resultados, com uma taxa de 51,1 %. Os resultados regionais revelam algumas disparidades internas em certos países, nomeadamente em Espanha e na Alemanha. Além disso, os diferentes graus de ambição dos Estados-Membros traduzem igualmente os resultados regionais, sendo que alguns países têm um elevado número de regiões com bons resultados, embora se mantenham abaixo do objetivo nacional.

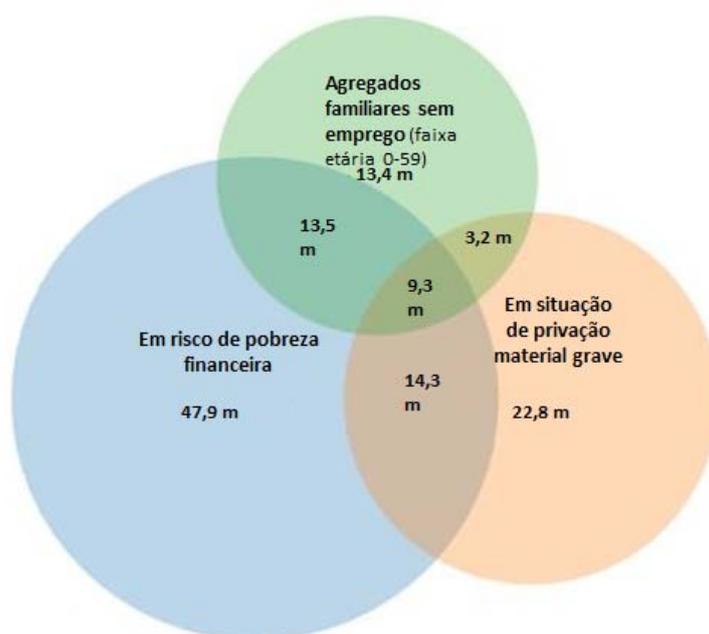
OBJETIVO EUROPA 2020 PARA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

RETIRAR PELO MENOS 20 MILHÕES DE PESSOAS DO RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

1. Situação atual a nível da UE

O impacto social da crise tem sido significativo e o número de pessoas expostas ao risco de pobreza ou de exclusão social tem vindo a aumentar, comprometendo assim os progressos registados no sentido de cumprir o objetivo Europa 2020 de retirar 20 milhões de pessoas do risco de pobreza ou exclusão social. O objetivo fixado pela UE corresponde a uma situação em que 96,4 milhões de pessoas se encontram em risco de pobreza ou exclusão social em 2020¹¹. Ao indicar o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, o indicador inclui o número de pessoas afetadas por pelo menos um dos três tipos de pobreza, nomeadamente a pobreza monetária (pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais¹²), pobreza material (pessoas gravemente carenciadas¹³) e pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa¹⁴.

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE, 2012



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, com base em três formas diferentes de medir a pobreza, um total de 124,2 milhões de pessoas se encontravam em risco de pobreza ou exclusão social na UE em 2012 (com 9,3 milhões de pessoas pertencentes aos três grupos).

¹¹ 2008 é utilizado como ano de base.

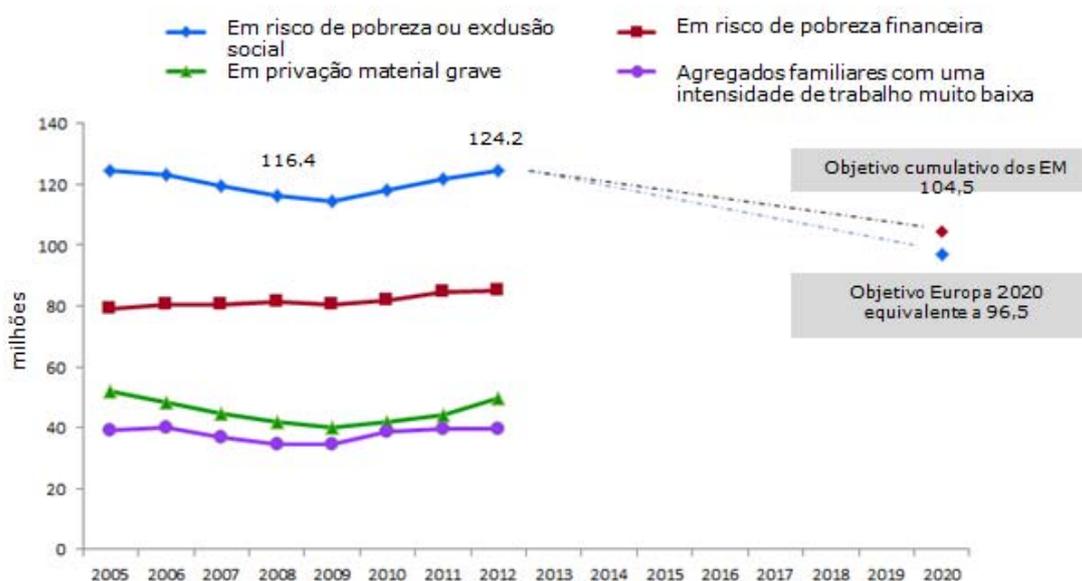
¹² «Pessoas com um rendimento disponível igualizado inferior ao limite do risco de pobreza, definido em 60 % da mediana nacional do rendimento disponível (após transferências sociais)». Fonte: Comissão Europeia.

¹³ «Pessoas gravemente carenciadas cujas condições de vida são fortemente afetadas pela falta de recursos, ou seja, que conhecem pelo menos 4 das 9 situações seguintes: não podem i) pagar a renda ou as faturas dos serviços de utilidade pública, ii) aquecer suficientemente a casa, iii) pagar despesas inesperadas, iv) comer carne, peixe ou proteínas equivalentes de dois em dois dias, v) passar uma semana de férias fora de casa, vi) ter automóvel, vii) máquina de lavar roupa, viii) televisor a cores ou ix) telefone». Fonte: Comissão Europeia.

¹⁴ «Pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa são as que integram o grupo etário 0-59 anos que não são estudantes e vivem em agregados onde os adultos trabalharam menos de 20% do seu potencial de trabalho total durante o último ano». Fonte: Comissão Europeia.

Dado o impacto da crise, o objetivo Europa 2020 para a pobreza afigura-se fora de alcance. Os anos até 2009 foram marcados por uma diminuição constante do número de pessoas expostas ao risco de pobreza ou exclusão social. O nível mais baixo foi atingido em 2009, com cerca de 114 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social¹⁵, contra mais de 124 milhões em 2005¹⁶. No entanto, a crise veio interromper esta evolução positiva e conduziu a um aumento dos valores dos dados agregados relativos à UE-28, tendo o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentado para mais de 118 milhões em 2010, mais de 121 milhões em 2011 e mais de 124 milhões em 2012. A pobreza monetária afeta o maior número de pessoas e as privações materiais graves aumentaram muito rapidamente, representando 7,1 milhões de pessoas desde 2010. Com base nas tendências recentes e segundo as últimas projeções, não é provável que o objetivo da UE de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social para 96,4 milhões até 2020 venha a ser atingido e o indicador poderá manter-se perto dos 100 milhões.

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social e seus subindicadores, 2005-2020*



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, havia 124 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE, ou seja, mais 28 milhões de pessoas do que o objetivo fixado na estratégia Europa 2020.

*2005-2009: dados da UE-27, 2010-2012; dados da UE-28. O objetivo de 96,4 para 2020 corresponde ao valor de 2008 para a UE-27 (116,4) menos os 20 milhões de pessoas que a UE pretende retirar da pobreza e exclusão social. HR excluída do cálculo do objetivo.

¹⁵ Dados da UE-27.

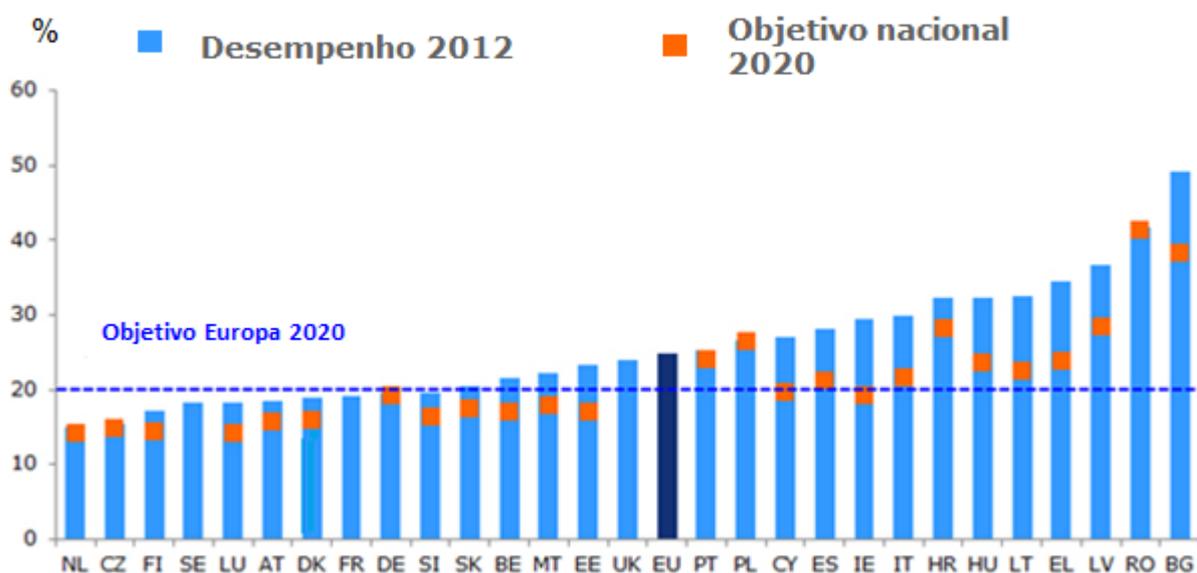
¹⁶ Dados da UE-27.

2. Situação atual e progressos alcançados a nível nacional

Devido à crise, os progressos registados para reduzir a pobreza e a exclusão social foram muito limitados. Em comparação com o objetivo europeu de retirar 20 milhões de pessoas da pobreza e exclusão social, os objetivos nacionais agregados são menos ambiciosos e correspondem a reduzir em cerca de 12 milhões o número de pessoas nesta situação. Devido à crise, a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social tem vindo a aumentar na maior parte dos Estados-Membros. Por conseguinte, em 2012, apenas dois países, a Alemanha e a Letónia, cumpriram os seus objetivos¹⁷. A Polónia está muito perto de atingir o seu objetivo, enquanto a Bulgária, Lituânia, República Checa e Finlândia estão a avançar no bom sentido. A Itália, Hungria, Grécia e Espanha são os países que se encontram mais longe dos respetivos objetivos.

As disparidades entre Estados-Membros estão a aumentar. A crise não afetou todos os Estados-Membros na mesma medida, nem com a mesma intensidade, e agravou as disparidades entre Estados-Membros. Em 2008, a distância entre os dois extremos, a saber, os Países Baixos com 14,9 % da população em risco de pobreza ou exclusão social e a Bulgária com 44,8 %, ascendia a quase 30 pontos percentuais. Esta disparidade aumentou para 34,3 pontos percentuais em 2012, com 15 % nos Países Baixos e 49,3 % na Bulgária.

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social nos Estados-Membros da UE* (% da população)



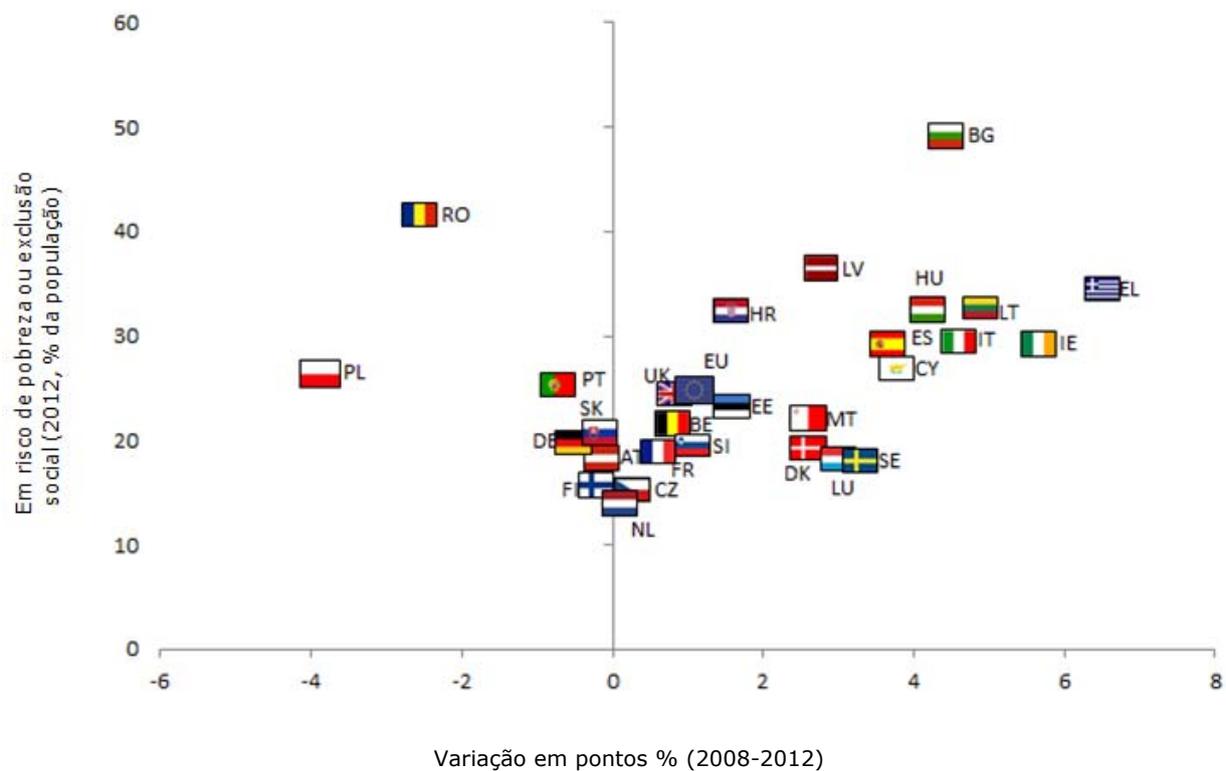
Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que, em 2012, 24,8 % da população se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social na UE, o que se situa 5 pontos percentuais acima do objetivo Europa 2020.

*O objetivo para 2020 refere-se à taxa de risco de pobreza ou exclusão social se o objetivo for alcançado – UK e SE não incluídos, devido à especificidade dos respetivos objetivos nacionais; IE: 2011.

¹⁷ Estes países cumpriram os objetivos nacionais, que não são expressos em termos de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

Situação em 2012 e progressos alcançados desde 2008, por país



Fonte: Comissão Europeia

O gráfico indica que a percentagem da população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou mais de 1 ponto percentual entre 2008 e 2012 (eixo horizontal), atingindo 24,8 % da população em 2012 (eixo vertical).

2008: Dados da UE-27.

Anexo III: Situação atual das iniciativas emblemáticas

INICIATIVA «AGENDA PARA NOVAS COMPETÊNCIAS E EMPREGOS»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A «Agenda para novas competências e empregos» é uma iniciativa geral em matéria de emprego, englobando as questões da flexigurança, competências, condições de trabalho e criação de emprego. O seu objetivo consiste em aumentar a taxa de emprego com mais e melhores empregos e ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança, dotando-as de um conjunto adequado de qualificações e competências, modernizando o mercado de trabalho e os regimes de segurança social e garantindo que os benefícios decorrentes do crescimento cobrem todas as regiões da UE. Esta iniciativa prevê quatro prioridades principais: i) melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho europeus através da adaptação das políticas de flexigurança a um contexto pós-crise; ii) dotar as pessoas de competências adaptadas às necessidades do mercado de trabalho; iii) melhorar a qualidade e as condições de trabalho; iv) promover a criação de emprego e a procura de mão de obra. A agenda foi concebida como um esforço conjunto entre a Comissão e as instituições europeias, os Estados-Membros e os parceiros sociais, bem como os estabelecimentos de ensino e formação, no intuito de aplicar 13 medidas-chave, acompanhadas de outras medidas de apoio.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

Os progressos registados durante a concretização da iniciativa foram irregulares.

Todas as ações nos domínios da flexigurança e competências foram concluídas, com adaptações ao novo contexto económico. Os resultados no domínio da qualidade e condições de trabalho são mais diversificadas, com poucos progressos registados em matéria de tempo de trabalho e de saúde e segurança. Não se registaram progressos relativamente a uma proposta de princípios orientadores para promover condições propícias à criação de emprego, ainda que esta medida-chave seja incluída, em certa medida, no contexto do Semestre Europeu.

2.2 Ensinamentos retirados

O impacto da iniciativa emblemática a nível macroeconómico tem sido limitado. As iniciativas individuais postas em prática contribuirão para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho ao longo dos anos e eliminar os principais estrangulamentos, especialmente em matéria de competências e mobilidade. No entanto, em contexto da crise, os efeitos macroeconómicos gerais desta iniciativa têm sido limitados.

A sensibilização para a iniciativa emblemática foi comprometida a vários níveis.

Em 2012, o agravamento da crise tornou necessário completar a iniciativa emblemática com uma agenda global para uma recuperação económica geradora de emprego. A adoção do pacote do emprego¹⁸, em abril de 2012, e do pacote de emprego para jovens¹⁹, em dezembro de 2012, afastaram, em certa medida, o programa político e os esforços de comunicação da iniciativa emblemática. Esta iniciativa não foi plenamente bem-sucedida na criação de um quadro coerente para as políticas de emprego e na exploração das sinergias entre as diversas ações. A ligação com o Semestre Europeu tem sido limitada, em especial entre as medidas adotadas a nível da UE no contexto da iniciativa emblemática e as análises e recomendações específicas por país do Semestre Europeu.

¹⁸ COM(2012)173.

¹⁹ COM(2012)727.

INICIATIVA «JUVENTUDE EM MOVIMENTO»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A iniciativa «Juventude em Movimento» abrange o ensino e o emprego e destina-se a melhorar os resultados escolares, dar solução aos desafios que os jovens enfrentam no mercado de trabalho e facilitar a transição da escola para o trabalho.

A iniciativa «Juventude em Movimento» prevê quatro domínios prioritários: i) apoiar a aquisição de competências através de aprendizagem (formal, não formal e informal); ii) promover a participação dos jovens no ensino superior; iii) incentivar a aprendizagem e a mobilidade laboral; iv) apoiar o emprego de jovens. A iniciativa tem por objetivo utilizar os fundos da UE como catalisadores para melhorar as oportunidades de ensino e formação, a empregabilidade e o emprego dos jovens.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

A iniciativa «Juventude em Movimento» adotou uma estratégia global e integrada. Ao reunir as questões da educação e do emprego e ao envidar esforços para conseguir boas pontes entre eles, esta iniciativa optou por uma lógica global. Isto permitiu reunir um conjunto de ações da UE de interesse para os jovens e colocar as questões relativas à juventude no topo das agendas europeias e nacionais.

A iniciativa «Juventude em Movimento» foi plenamente aplicada. Todas as ações de seguimento da iniciativa emblemática foram postas em prática, com exceção do cartão «Juventude em Movimento», que foi substituído por outros instrumentos. As ações foram postas em prática relativamente a cada um dos quatro pilares da iniciativa: i) uma Recomendação do Conselho sobre o abandono escolar precoce foi formulada em 2011²⁰, dando ímpeto às medidas nacionais para reduzir as taxas de abandono, e foi reforçada a cooperação a nível europeu no domínio do ensino e formação profissionais; ii) a modernização do ensino superior constituiu o ponto central de uma Comunicação da Comissão; iii) a mobilidade foi promovida através de vários instrumentos, nomeadamente a nova abordagem integrada do programa Erasmus+, o passaporte europeu das competências ou o regime «O teu primeiro emprego EURES», destinado a dar oportunidades de trabalho aos jovens dos 28 Estados-Membros; iv) para lutar contra o desemprego e a inatividade dos jovens, foi adotada uma Recomendação do Conselho²¹ que estabelece a Garantia para a Juventude²² e foram lançados regimes neste domínio – que podem ser apoiados pelos Fundos Estruturais e de Investimento e pela Iniciativa do Emprego dos Jovens, nos Estados-Membros com regiões em que a taxa de desemprego dos jovens seja superior a 25 %.

2.2 Ensinaamentos retirados

A Comunicação sobre a «Juventude em Movimento» apresenta várias deficiências.

A natureza formal da agenda e as orientações de longo prazo para as ações previstas na iniciativa não corresponderam às expectativas de algumas partes interessadas, que esperavam um programa de despesas operacional. A Comunicação sobre os programas e iniciativas lançados no domínio do ensino e emprego dos jovens gerou alguma confusão com a própria iniciativa emblemática.

²⁰ 2011/C191/01.

²¹ 2013/C120/01.

²² A Garantia para a Juventude pretende assegurar que todos os jovens com menos de 25 anos recebem uma oferta de emprego de qualidade, formação contínua, aprendizagem ou estágio no prazo de quatro meses após terem ficado desempregados ou terem terminado o ensino formal.

INICIATIVA «UNIÃO DA INOVAÇÃO»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A «União da Inovação» é um pacote geral de ações destinadas à criação de um ambiente propício à inovação na UE. A «União da Inovação» procura impulsionar a investigação e a inovação na UE através de uma série de medidas em favor do setor público, empresários, investigadores e engenheiros, bem como dos cidadãos. É dada prioridade aos desafios de interesse comum, com o objetivo de melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento da investigação e inovação, que deverão, por seu turno, lançar as bases de um mercado único da inovação. Para alcançar este objetivo, a «União da Inovação» assenta em 34 compromissos e conta com o financiamento do programa «Horizonte 2020», entre outros instrumentos.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

A iniciativa está a ser bem concretizada. 100 % das ações nela previstas estão em curso, embora em diferentes fases de execução. Em especial, foram instituídas cinco parcerias europeias de inovação – em matéria de i) envelhecimento ativo e saudável, ii) produtividade e sustentabilidade agrícolas, iii) cidades e comunidades inteligentes, iv) água e v) matérias-primas – no intuito de promover a cooperação entre a UE e as partes interessadas nacionais e subnacionais. As medidas que reforçam o recurso a contratos públicos no domínio da inovação, introduzindo um passaporte de investimento transnacional em capital de risco ou prevendo a proteção de uma patente unitária, vão no sentido de melhorar o ambiente propício à inovação nas empresas. Foram igualmente tomadas medidas no sentido da realização do espaço europeu da investigação em 2014, que se destina a aumentar a eficiência e eficácia dos sistemas públicos de investigação para conseguir maior produtividade, competitividade e crescimento na UE.

Foram criados instrumentos de acompanhamento. Um vasto painel da inovação prevê a avaliação dos resultados dos Estados-Membros da UE em termos de inovação e dos pontos fortes e fracos dos respetivos sistemas de investigação e inovação. Além disso, foi criado um novo indicador para medir os resultados da inovação – ainda se está a trabalhar para suprir algumas das suas limitações – com vista a avaliar os resultados da UE e seus Estados-Membros neste domínio, para efeitos de comparação com os resultados dos seus principais parceiros comerciais. Baseia-se em quatro dimensões principais, nomeadamente a inovação tecnológica, o emprego em atividades com utilização intensiva de conhecimentos, a competitividade de bens e serviços com utilização intensiva de conhecimentos e o emprego nas empresas de crescimento rápido de setores inovadores.

2.2 Ensinaamentos retirados

A plena aplicação das medidas é fundamental. As medidas previstas no quadro da «União da Inovação» vão na direção certa; no entanto, a concretização dos benefícios associados depende essencialmente de uma aplicação correta.

A «União da Inovação» não impediu o risco crescente de clivagem no domínio da inovação na UE. Desde 2008, a UE tem conseguido reduzir quase metade da disparidade dos resultados no domínio da inovação relativamente aos EUA e ao Japão. No entanto, na UE, a dinâmica de convergência entre os resultados dos Estados-Membros estancou e as disparidades entre países estão a aumentar.

INICIATIVA «AGENDA DIGITAL PARA A EUROPA»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A «Agenda Digital para a Europa» foi concebida para ajudar a UE e os seus Estados-Membros a colher os benefícios de um mercado único digital competitivo.

Confrontada com a fragmentação dos mercados europeus, que impede a UE de aproveitar as vantagens da economia digital para aumentar a produtividade, o emprego e o crescimento, a «Agenda Digital para a Europa» visa explorar o potencial digital e difundir amplamente a cultura digital em toda a UE. Foram inicialmente previstas 101 ações, agrupadas em torno de sete pilares, para alcançar este objetivo. Na sequência de uma revisão da iniciativa realizada em dezembro de 2012, foram decididas sete novas ações-chave. Trata-se, essencialmente, de sublinhar a importância de promover a infraestrutura digital, melhorar o quadro normativo, promover as competências e o emprego digitais e aplicar estratégias centradas no domínio da cibersegurança, computação em nuvem e microeletrónica.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

A iniciativa emblemática conseguiu trazer à economia digital a atenção política necessária. O seu ponto forte principal consiste na criação de um quadro de ação coerente e virado para o futuro. A publicação anual de um painel de avaliação da agenda digital e as «assembleias digitais» anuais que reúnem os interessados contribuíram para atrair a atenção dos políticos e dos meios de comunicação social. A «Agenda Digital para a Europa» também deu ímpeto à réplica e ação nacionais em 20 Estados-Membros e num certo número de regiões, que estabeleceram as suas próprias agendas digitais.

Registaram-se progressos na realização das ações previstas. Em janeiro de 2014, mais de 90 % das ações previstas na iniciativa emblemática foram concluídos ou estão em curso. A utilização da Internet tornou-se agora generalizada em toda a UE, o comércio eletrónico está a consolidar-se, embora a sua utilização transnacional continue a ser limitada até à data, os serviços de administração pública em linha foram desenvolvidos e a cobertura da banda larga de base está completa em toda a UE.

2.2 Ensinaamentos retirados

O mercado único digital ainda não é uma realidade e é necessário investir mais na infraestrutura de alta velocidade. A persistência de obstáculos como a fragmentação dos mercados europeus, as disparidades infraestruturais e a falta de confiança dos consumidores dificultam ainda a plena realização do mercado único digital. A falta de infraestruturas de banda larga de alta velocidade constitui um motivo de grande preocupação, na medida em que pode gerar uma nova disparidade digital e levar à exclusão social em determinadas áreas, em especial nas zonas rurais.

A eficiência da «Agenda Digital para a Europa» foi afetada por algumas deficiências. A visibilidade desta iniciativa emblemática ficou comprometida pela falta de atenção decorrente do elevado número de medidas específicas. A iniciativa também não conseguiu incluir tópicos das tecnologias da informação e comunicação nas agendas das principais reformas estruturais.

INICIATIVA «UMA POLÍTICA INDUSTRIAL PARA A ERA DA GLOBALIZAÇÃO»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A iniciativa «Uma política industrial para a era de globalização» visa melhorar a competitividade da indústria europeia através de uma abordagem coordenada. Esta iniciativa coloca a ênfase na necessidade de combinar a inovação, a diversificação e a sustentabilidade e de promover a criação e o desenvolvimento das PME. Baseada em 70 ações para reforçar a competitividade industrial europeia, a iniciativa pretende criar um ambiente mais favorável às empresas e acompanhar e apoiar a indústria a fazer face aos novos desafios globais.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

Registaram-se progressos significativos no sentido da concretização da iniciativa.

90 % das 70 ações-chave inicialmente previstas na foram já concluídas ou estão em curso. As comunicações sobre política industrial publicadas em 2010, 2012 e 2014 apoiaram a tradução dos objetivos da iniciativa emblemática em políticas concretas. Muitas das ações da iniciativa destinam-se a apoiar as PME: a Lei das Pequenas Empresas para a Europa foi revista e adotaram-se, em 2011, um plano de ação para aumentar o acesso das PME a financiamento e uma estratégia para promover a internacionalização das PME; foi apresentado um pacote de normalização, em 2012, para tornar mais eficiente a fixação de normas; o programa COSME (competitividade e PME) foi adotado em 2013 para estimular a competitividade e com os programas Copernicus e Galileo, as iniciativas de política espacial vieram dar uma nova dimensão às empresas de serviços. Foi apresentada, em 2012, uma comunicação para incentivar o espírito empresarial. Outras ações visam melhorar o quadro normativo aplicável às empresas, nomeadamente mediante a racionalização da legislação através de «balanços de qualidade» periódicos e da redução do tempo e dos custos necessários para criar uma empresa, reforçar e aprofundar o mercado único com a adoção dos Atos para o Mercado Único I e II, em 2011 e 2012, e incentivar a inovação e modernização da indústria. Foi ainda tomada uma série de iniciativas setoriais.

2.2 Ensinaamentos retirados

A iniciativa «Uma política industrial para a era da globalização» adotou uma abordagem de médio a longo prazo e um certo número de ações levará tempo a produzir resultados. Os investimentos dos orçamentos nacionais em infraestruturas de rede necessárias foram diminuindo, o mercado ainda não está plenamente realizado, as condições de acesso das PME a financiamento pioraram durante a crise e os progressos registados no sentido de garantir a existência de mão de obra competente para trabalhar na indústria têm sido lentos. A maior parte das ações previstas na iniciativa emblemática têm em vista um período de 3 a 10 anos. Só uma minoria delas visa o curto prazo e tem uma natureza mais operacional. No contexto da crise económica, que teve grande impacto negativo nos diversos setores de atividade industrial na UE, as ações emblemáticas tiveram de ser completadas por ações em domínios prioritários essenciais, suscetíveis de produzir efeitos de mais curto prazo ou de médio prazo.

INICIATIVA «UMA EUROPA EFICIENTE EM TERMOS DE RECURSOS»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A iniciativa «Uma Europa eficiente em termos de recursos» apoia a transição para uma economia de baixo carbono e eficiente em termos de recursos. A iniciativa «Uma Europa eficiente em termos de recursos» visa dissociar o crescimento da utilização de recursos e prevê um quadro de longo prazo para a incorporação da eficiência na utilização dos recursos como um princípio fundamental para a definição de políticas, nomeadamente em matéria de alterações climáticas, energia, transportes, indústria, resíduos e matérias-primas, agricultura, pescas, biodiversidade e desenvolvimento regional. Tendo em conta a crescente pressão sobre os recursos naturais e a dimensão internacional desta questão, esta iniciativa visa promover uma utilização mais inteligente dos recursos até 2020 e consolidar esta lógica para obter mais resultados tendo como horizonte o ano de 2050. Para este efeito, inclui uma série de iniciativas lançadas desde 2011.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

Uma série de medidas previstas na iniciativa «Uma Europa eficiente em termos de recursos» foi já iniciada a nível da UE. Entre as principais medidas abrangidas pela iniciativa, todas elas já foram propostas pela Comissão. Em especial, um quadro político de longo prazo até 2050 foi apresentado em 2011. Consiste em quatro roteiros, a saber, o «Roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050»²³, o «Livro Branco – Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos»²⁴, o «Roteiro para a Energia 2050»²⁵ e o «Roteiro para uma Europa Eficiente na Utilização de Recursos»²⁶. Este quadro estratégico foi completado por um conjunto de iniciativas de médio prazo, incluindo uma nova estratégia para a biodiversidade («O nosso seguro de vida, o nosso capital natural: Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020»²⁷), «Uma matriz destinada a preservar os recursos hídricos da Europa»²⁸ e «Um Programa Ar Limpo para a Europa» novo²⁹. A reforma da política agrícola comum, com a introdução de uma componente ecológica, e da política comum da pesca decorrem também desta iniciativa. A Comissão continuará a trabalhar nas ações de seguimento anunciadas nos roteiros ou planos de ação formulados no âmbito da iniciativa. Além disso, a Comissão apresentou também os seus roteiros para 2050 em matéria de clima e energia, na Comunicação com o título «Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030», apresentada em 22 de janeiro de 2014³⁰.

2.2 Ensinaamentos retirados

É necessária uma abordagem mais abrangente para medir a eficiência na utilização de recursos. A eficiência na utilização de recursos abrange muitas políticas diferentes e recursos correspondentes. Um conjunto único ou limitado de indicadores seria útil para acompanhar os progressos registados na utilização de recursos como a energia, os materiais, os solos e a água, de modo a permitir orientar a definição das políticas a seguir. No entanto, é difícil analisar as variações na utilização de recursos de forma simplificada e conceber um ou vários indicadores suficientemente precisos. Por conseguinte, é necessário prosseguir o trabalho neste domínio. O painel de avaliação da eficiência na utilização dos recursos publicado pelo Eurostat, tendo como principal indicador a produtividade dos recursos, constitui um passo importante naquele sentido. O acompanhamento sistemático com os indicadores principais também é necessário para avaliar os progressos registados rumo à utilização competitiva, segura e sustentável da energia, como se assinala no quadro

²³ COM(2011) 112.

²⁴ COM(2011) 144.

²⁵ COM(2011) 885.

²⁶ COM(2011) 571.

²⁷ COM(2011) 244.

²⁸ COM(2012) 673.

²⁹ COM(2013) 918.

³⁰ COM(2014) 15.

político do clima e energia para 2030.

INICIATIVA «PLATAFORMA EUROPEIA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL»

1. Objetivo da iniciativa emblemática

A «Plataforma Europeia contra a pobreza e a exclusão social» tem como objetivo assegurar a coesão económica, social e territorial. Com base no Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, celebrado em 2010, esta iniciativa procura aumentar a sensibilização e reconhece os direitos fundamentais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, a fim de lhes permitir viver com dignidade e participar ativamente na sociedade. O objetivo da iniciativa emblemática era seguir uma abordagem integrada de luta contra a pobreza, juntando várias políticas económicas, fiscais, sociais ou do mercado único. Baseou-se também na ideia de uma parceria entre a sociedade civil, os parceiros sociais e os Estados-Membros. A iniciativa identificou os compromissos que a Comissão deveria assumir em 5 domínios: i) agir em todo o espectro de intervenção política; ii) garantir a utilização maior e mais eficaz dos fundos da UE para apoiar a inclusão social; iii) promover a inovação social com base em dados concretos; iv) trabalhar em parceria e aproveitar as potencialidades da economia social; v) promover a coordenação política reforçada entre Estados-Membros. Em particular, a «Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social» identificou 64 ações a realizar pela Comissão.

2. Situação em 2014

2.1 Resultados e impacto

A execução da iniciativa está a decorrer a um ritmo acelerado. A Comissão já realizou cerca de dois terços das 64 ações. Para ajudar os Estados-Membros a fazer face a estes desafios com reformas estruturais no contexto de uma crise prolongada, a Comissão emitiu orientações políticas sob a forma de um pacote de investimento social³¹ e a Recomendação «Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade»³², «Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020»³³ e o Livro Branco com o título «Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis»³⁴. A Comissão apresentou uma proposta de diretiva relativa a contas de pagamento. Par dar apoio à economia social e às empresas sociais, criou a Iniciativa de Empreendedorismo Social e o Fundo de Empreendedorismo Social Europeu. A Comissão publicou também princípios orientadores para o envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações e lançou um índice de envelhecimento ativo. Outra iniciativa realizadas no contexto da «Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social» é a Convenção Anual da Pobreza.

2.2 Ensinaamentos retirados

Há uma série de obstáculos que comprometem a plena eficácia da iniciativa. A adoção do pacote de investimento social tem, em grande medida, desviado a atenção política e os esforços de comunicação da iniciativa emblemática. A iniciativa emblemática também não foi plenamente bem-sucedida na criação de um quadro coerente e integrado de políticas sociais e na exploração das sinergias entre as diferentes ações; trata-se sobretudo de um conjunto de medidas e o valor acrescentado da iniciativa não é evidente.

³¹ COM(2013) 83.

³² 2013/112/UE.

³³ COM(2011) 173.

³⁴ COM(2012) 55.